



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## **REPUBLICAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. 001/2026**  
**PROCESSO n. 015/2026**

**OBJETO: Registro de Preços visando a contratação de empresa para execução de Serviços de Engenharia para atendimento da demanda de Infraestrutura Rural, compreendendo a manutenção de estradas vicinais e reforma de pontes de madeira, no Município de Bela Vista/MS.**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO R\$ 5.721.252,08**

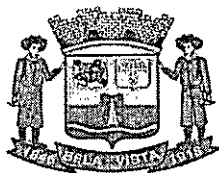
**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 15/05/2026 – 08h30 Horário de Brasília.**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Maior Desconto**

**MODO DE DISPUTA: Aberto**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO**

**INVERSÃO DE FASES: SIM**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**REPUBLICAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

(Processo Licitatório nº 015/2026)

**INVERSÃO DE FASES**

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE BELA VISTA ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio da Superintendência de Licitação, sediado(a) Na Rua Santo Afonso, n.660, Centro, realizará licitação, para Registro de Preços, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº .10.163/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: **15/05/2026.**

Hora: **08h30 Horário de Brasília**

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de Preços visando a contratação de empresa para execução de Serviços de Engenharia para atendimento da demanda de Infraestrutura Rural, compreendendo a manutenção de estradas vicinais e reforma de pontes de madeira, no Município de Bela Vista/MS.**

**2. DO REGIME DE EXECUÇÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DO MODO DE DISPUTA E DO ORÇAMENTO**

2.1. O regime de execução contratual será o de empreitada por preço UNITÁRIO.

2.2. O critério de julgamento será o por MAIOR DESCONTO (desconto linear/uniforme sobre a planilha-base);

2.3. O modo de disputa será ABERTO.

2.4. O valor estimado da licitação é NÃO SIGILOSO

2.5. A data-base do orçamento: SINAPI (MAIO 2025)

Link Projetos:

[https://drive.google.com/drive/folders/1WML32pHea3ggPih3u-GmX0Bq1RjTHCzX?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1WML32pHea3ggPih3u-GmX0Bq1RjTHCzX?usp=drive_link)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**3. DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam na minuta da Ata de Registro de Preços.

3.2 Os quantitativos máximos estão definidos na Planilha Orçamentária referencial (Anexo/Âpêndice) e integrarão a Ata de Registro de Preços.

**4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

4.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema Licitanet ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)).

a) endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

Contato (34) 2512-6500 E-mail: [fornecedor@licitanet.com.br](mailto:fornecedor@licitanet.com.br) (Fornecedores)

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º, II da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) Agente público do órgão ou entidade licitante;

i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

j) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

k) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.7. O impedimento de que trata o item 4.6.d) será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.b) e 4.6.c) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

4.10. O disposto nos itens 4.6.b) e 4.6.c) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.12. A vedação de que trata o item 4.6.h) estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**5. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

5.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso, **R\$ 5.721.252,08** (cinco milhões, setecentos e vinte e um mil, duzentos e cinquenta e dois reais e oito centavos).

**6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. A presente licitação será realizada com **INVERSÃO DE FASES**, permitida no art. 17, §1º da NLLC, devendo a habilitação dos licitantes preceder a fase de apresentação de propostas e lances, em busca da melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame. A inversão de fases terá como benefícios a verificação prévia da qualificação técnica, da experiência e da qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência, na tentativa de evitar a mácula no preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da capacidade de execução do objeto. Assim, a disputa ocorrerá após a análise da habilitação dos licitantes. A administração espera poder avaliar o acervo técnico dentro das exigências do Termo de Referência. A inversão de fases trará benefícios para o erário, uma vez que a gestão municipal poderá avaliar com mais critérios a habilitação das empresas, com observância na sua capacitação técnica, com o objetivo de que a sessão de lances seja apenas com empresas que realmente tenham capacidade técnica compatível com o montante de serviços ora apresentados e possam atender a administração dentro das normas vigentes e cumprir todos os prazos do futuro contrato. Não obstante, a complexidade da proposta e sua elaboração de forma coerente e exequível é fundamental para a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

qualidade dos serviços prestados pelos licitantes. A inversão das fases é permitida na Lei Federal nº 14.133/2021, estabelecida no seu artigo 17, § 1º da presente Lei.

**6.3. Como a fase de habilitação antecede as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos em edital, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço/desconto., exclusivamente por meio do sistema eletrônico.**

**6.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento, dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**6.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.**

**6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.**

**6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.**

**6.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.**

**6.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo/desconto ou o seu percentual de desconto máximo**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

quando do cadastramento da proposta (sendo sua responsabilidade esta escolha) e obedecerá às seguintes regras:

- a) A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b) Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- a) Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- b) **Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.**

6.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do seguinte campo:

- a) *Valor do desconto (Percentual de desconto % linear);*

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

7.3.1 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação, conforme quantitativos máximos definidos na Planilha Orçamentária referencial.

7.4. Os preços/desconto ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. Se o Regime Tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

7.9. O lance deverá ser ofertado de acordo com disposto no Inciso II, do art. 33, da Lei 14.133/2021, que é o **MAIOR DESCONTO**, conforme indicado no preâmbulo deste edital. O percentual de desconto linear deverá ser aplicado sobre todos os serviços do orçamento base da presente licitação. Será declarado vencedor, o licitante que ofertar o maior desconto linear sobre a planilha do orçamento base, não havendo liberdade para o licitante cotar descontos diferenciados para os preços unitários dos diversos serviços da planilha do orçamento base.

**7.9.1. Conforme parametrização da plataforma eletrônica utilizada para a realização do certame, os lances deverão iniciar com percentual mínimo de 1% (um por cento) de desconto, admitindo-se somente o encaminhamento de lances em percentuais superiores ao já registrado pelo próprio licitante, observada a lógica do critério de julgamento por maior desconto.**

7.10. O critério de julgamento será o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.

7.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 **Visto que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto. Quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência da fase de habilitação ocorrerá em relação a todos os licitantes.**

8.2. **GARANTIA DA PROPOSTA:** (Art.58 – Lei 14.133/21) Deverá ser apresentada a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, devido a inversão de fases. A garantia de proposta será de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação e será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades do que trata o § 1º do art. 96 da Lei Federal n. 14.133/21.

8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

a) Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou/marcou no sistema declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou/marcou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, podendo está ser a emitida pela plataforma de licitação.

8.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Licitanet e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.9. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.10. Habilitação jurídica:**

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- f) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**8.11. Regularidade fiscal e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas**;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- c) Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- f) caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**Qualificação Econômico-Financeira**

8.12. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.13. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. 9.5.4. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

8.14. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.15. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}}$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

---

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante

---

Passivo Circulante

8.16. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo OU o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

8.17. O atendimento aos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.18. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. O atendimento aos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante Declaração específica assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada de forma apartada do Balanço Patrimonial, pelo fornecedor.

8.19. **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

8.20. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) conforme as áreas de atuação, em plena validade;

8.21. Qualificação Técnico-Operacional: **Atestado de capacidade técnico-operacional**, Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.22. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:



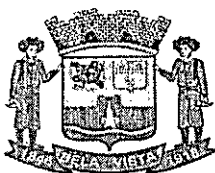


PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Item	Descrição	Unidade	Quantidade exigida	Relevância Financeira
1	CONSTRUÇÃO DE VIGAMENTO SIMPES (INCLUSIVE SUB VIGAS) – MATERIAL E MÃO DE OBRA	JGXM	50,00	7,09%
2	CONSTRUÇÃO DE VIGAMENTO ARMADO (INCLUSIVE CARRAPTO)	JGXM	30,00	7,86%
3	CONSTRUÇÃO DE ASSOALHO – MATERIAL E MÃO DE OBRA	M	150,00	7,70%
4	COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% DO PROCTOR INTERMEDIÁRIO	M³	24.500,00	9,15%
Apesar de não representar 4% ou mais do orçamento, o item abaixo foi incluído como relevante devido à sua importância técnica. Embora o valor individual não ultrapasse esse percentual, a quantidade expressiva desse item e a complexidade de sua execução torna fundamental a experiência prévia na realização desse volume de serviço, garantindo a qualidade e a segurança. Sendo necessário a apresentação de atestado de capacidade técnica conforme previsto na Lei 14.133/21 Artigo 6º, inciso XLIV e Artigo 67, §1º.				
5	EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO COM MATERIAL DE JAZIDA	M³	7.350,00	3,86%

8.23. Qualificação Técnico-Profissional: Comprovação da capacitação **técnico-profissional**, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, a apresentação do(s) profissionais(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

Item	Descrição	Unidade	Quantidade exigida	Relevância Financeira
------	-----------	---------	--------------------	-----------------------



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

1	CONSTRUÇÃO DE VIGAMENTO SIMPES (INCLUSIVE SUB VIGAS) – MATERIAL E MÃO DE OBRA	JGXM	50,00	7,09%
2	CONSTRUÇÃO DE VIGAMENTO ARMADO (INCLUSIVE CARRAPTO)	JGXM	30,00	7,86%
3	CONSTRUÇÃO DE ASSOALHO – MATERIAL E MÃO DE OBRA	M	150,00	7,70%
4	COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% DO PROCTOR INTERMEDIÁRIO	M³	24.500,00	9,15%
Apesar de não representar 4% ou mais do orçamento, o item abaixo foi incluído como relevante devido à sua importância técnica. Embora o valor individual não ultrapasse esse percentual, a quantidade expressiva desse item e a complexidade de sua execução torna fundamental a experiência prévia na realização desse volume de serviço, garantindo a qualidade e a segurança. Sendo necessário a apresentação de atestado de capacidade técnica conforme previsto na Lei 14.133/21 Artigo 6º, Inciso XLIV e Artigo 67, §1º.				
5	EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO COM MATERIAL DE JAZIDA	M³	7.350,00	3,86%

**8.24. Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista:**

a) O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.25. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante na data prevista para entrega da proposta. Para fins deste certame, entende-se como quadro permanente: sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social, o administrador ou o diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

8.26. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.27. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia.

8.28. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

8.29. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.30. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.31. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.32. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.33. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.33.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.33.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.34 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação/comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.35 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.6. O licitante somente poderá oferecer lance com percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.7. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1,00 % (um por cento) – sobre o percentual de desconto**.
- 9.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 9.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 9.10. O envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.14. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

- 9.15. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 9.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem decrescente do percentual de desconto.
- 9.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo percentual, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior desconto, vedada a identificação do licitante.
- 9.19. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva do Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- a) Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 9.22.a.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 9.22.a.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;
- 9.22.a.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.22.a.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- b) Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.22.b.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

9.22.b.2. Empresas brasileiras;

9.22.b.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.22.b.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

a) A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

b) A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

c) O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

d) O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada:

**Planilha Orçamentária Analítica e Sintética; Composição de Custo;** detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES) em formato digital e **xlsX**. **Que serão analisados pela equipe técnica de Engenharia do Município, sob pena de não aceitação da proposta.**

e) É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo. A prorrogação, poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

II - De ofício, a critério do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o caput.

9.24. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **10. DA FASE DE JULGAMENTO**

10.1. Com a inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

10.2. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>). Podendo ainda ser a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

10.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

10.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- b) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- c) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**10.5. Com a inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.**

10.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no projeto básico/termo de referência;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

10.7. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a) Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- b) No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- c) No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- d) Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

10.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta, conforme item 9.23 d).

10.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

- a) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- b) Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 A justificativa apresentada seja aceita pela administração.

11.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

11.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## **12 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

12.3.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### **13 DO TERMO DE CONTRATO**

13.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

13.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) Disponibilizar acesso à sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até [05] dias úteis; ou

b) Outro meio eletrônico, assegurado o prazo de [05] dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

13.4 Os prazos dos itens 13.2 e 13.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

### **14 DOS RECURSOS**

14.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

- 14.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 14.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 14.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 14.3.4 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 14.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 14.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 14.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) [licitacao@belavista.ms.gov.br](mailto:licitacao@belavista.ms.gov.br)  
[www.belavista.ms.gov.br](http://www.belavista.ms.gov.br)

**15 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 15.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 15.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 15.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 15.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 15.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

15.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

15.1.2.4 Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.1.5 Fraudar a licitação

15.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1 Advertência;

15.2.2 Multa;

15.2.3 Impedimento de licitar e contratar; e

15.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

15.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.3.4 Os danos que dela provierem para a administração pública;

15.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

15.4.1 Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2 Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

15.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**16 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

16.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios:* [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) ou [licitacao@belavista.ms.gov.br](mailto:licitacao@belavista.ms.gov.br)

16.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

17.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o **horário de Brasília - DF**.

17.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

17.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.belavista.ms.gov.br](http://www.belavista.ms.gov.br)

17.11 Todos os Decretos de regulamentação da Lei Federal nº 14.133, de 2021 estão disponíveis no endereço eletrônico <https://www.belavista.ms.gov.br/nova-lei-de-licitacoes-nll>

**Link de Acesso ao Google Drive: Planilha – Orçamentária; BDI; Cronograma Físico-Financeiro; Projetos.**

[https://drive.google.com/drive/folders/1WML32pHea3ggPih3u-GmX0Bq1RjTHCxZ?usp=drive link](https://drive.google.com/drive/folders/1WML32pHea3ggPih3u-GmX0Bq1RjTHCxZ?usp=drive_link)

17.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.12.1 ANEXO I – Termo de Referência

17.12.1.1 Apêndice I do Anexo I – **LINK Google Drive** - Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Link de Projeto Executivo.

17.12.1.2 Apêndice II Anexo I – Estudo Técnico Preliminar.

17.12.2 ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

17.12.3 ANEXO III - Termo de Contrato

17.12.4 ANEXO IV – Modelo Proposta de Preços.

BELA VISTA/MS, 24 de abril de 2026.

GERARDO GABRIEL NUNES Assinado de forma digital por GERARDO GABRIEL NUNES BOCCIA:04548969136  
Dados: 2026.04.24 08:43:12 -04'00'  
**GERARDO GABRIEL NUNES BOCCIA**

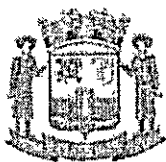
**PREFEITO MUNICIPAL**

Link projeto

<https://drive.google.com/drive/folders/1WML32pHea3ggPih3u-GmX0Bq1RjTHCxD>



**TR**



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**  
**Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1 Registro de Preços visando a contratação de empresa para execução de Serviços de Engenharia para atendimento da demanda de Infraestrutura Rural, compreendendo a manutenção de estradas vicinais e reforma de pontes, no Município de Bela Vista/MS.

Item	Especificação	Valor Global
01	Infraestrutura rural, compreendendo a recomposição de revestimento primário em estradas vicinais e a reforma de pontes de madeira, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais serviços necessários, a serem executados sob demanda, conforme Projeto Executivo, Memorial (is) Descritivo (s) e Planilha Orçamentária.	R\$ 5.721.252,08


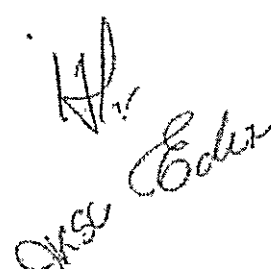
1.1.1 Planilha Orçamentária: Link Google Drive:

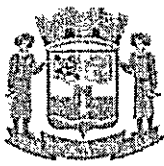
[https://drive.google.com/drive/folders/1WML32pHea3ggPih3u-GmX0Bq1RiTHCxZ?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1WML32pHea3ggPih3u-GmX0Bq1RiTHCxZ?usp=drive_link)

**1.2 Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade:** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como Serviços Comum de Engenharia.

**1.3 Prazo de vigência:** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da assinatura da mesma, podendo ser prorrogada e renovada por igual período com, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**1.4.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação estão inseridos em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares e Memorial Descritivo, apêndice deste Termo de Referência.



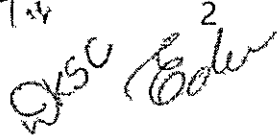
4.1.1. Os serviços serão prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento, e em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

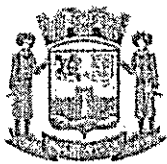
4.1.2. A prestação dos serviços de engenharia não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.1.3 A contratada:

4.1.3.1 Deverá fazer uso obrigatório dos EPIs, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização e o seu não atendimento, se observado pela fiscalização da contratante, será anotado do diário de obras e notificado a empresa, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato de licitação;

4.1.3.2 Deverá ter em local visível e sinalizado o "Diário de Obras", quando necessário para que nele sejam apontadas as ocorrências do dia, de forma a resguardar o andamento legal das obras;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

4.1.3.3 Concomitantemente ao Recebimento da Ordem de Início dos Serviços, a CONTRATADA, deverá providenciar o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) do responsável técnico pelo serviço no Conselho de Classe, e encaminhar à CONTRATANTE, para que seja anexada ao processo;

4.1.3.4. Deverá manter os projetos e Anotação de responsabilidade técnica (ART) assinada, em local acessível, visível de forma a facilitar a conferência dos serviços em execução, além de atender norma específicas;




4.1.3.5. Além das obrigações descritas nas cláusulas contratuais, a Contratada deverá:

- Solicitar licenças e/ou autorizações necessárias para o início dos trabalhos, quando aplicável;
- Realizar todos os recolhimentos bancários referentes a taxas, impostos, licenças e demais encargos junto aos órgãos Públicos e/ou Privados;
- Providenciar o Diário de Obras para que as partes registrem os serviços diários, as alterações ocorridas e fatos relevantes;
- Providenciar a limpeza final das áreas atendidas, a qual deverá ser submetida à aprovação da fiscalização da Contratante.

#### 4.2. Sustentabilidade

4.2.1. A execução dos serviços deverá observar princípios e práticas de sustentabilidade, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e com as boas práticas aplicáveis às obras e serviços de infraestrutura rural, considerando os aspectos ambientais, sociais e econômicos envolvidos.

4.2.2. No aspecto ambiental, os serviços deverão priorizar, sempre que técnica e economicamente viável, a adoção de técnicas executivas de baixo impacto ambiental, com vistas à preservação do solo, da vegetação e dos recursos hídricos existentes nas áreas de intervenção. Deverão ser observadas medidas voltadas ao controle de processos

  3  
OKSC 



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

erosivos, ao adequado escoamento das águas pluviais e à mitigação de impactos decorrentes da movimentação de terra e do tráfego de máquinas pesadas.

4.2.3. No que se refere à gestão de recursos naturais, deverá ser incentivado o uso racional e eficiente de água e energia, tanto nas frentes de serviço quanto nos canteiros de apoio, buscando reduzir desperdícios e consumo excessivo. Sempre que possível, deverão ser utilizados materiais provenientes de jazidas licenciadas, bem como materiais recicláveis ou reciclados, respeitadas as especificações técnicas do projeto e as normas ambientais vigentes.

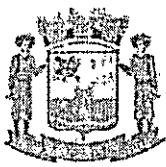
4.2.4. Sob o aspecto logístico e operacional, o planejamento das atividades deverá considerar a otimização de deslocamentos, a organização das frentes de trabalho e a escolha de fornecedores e prestadores locais, quando viável, de modo a reduzir emissões de gases de efeito estufa, custos de transporte e impactos associados ao tráfego de veículos pesados nas vias rurais.

4.2.5. No aspecto social, a execução dos serviços deverá buscar a minimização de transtornos à população local, especialmente às comunidades rurais atendidas pelas estradas vicinais e pontes objeto da contratação, por meio do controle de poeira, ruídos, vibrações e interferências no tráfego, além da adequada sinalização das frentes de obra, visando à segurança dos usuários.

4.2.6. Por fim, a gestão ambiental dos serviços deverá observar o cumprimento da legislação ambiental vigente, incluindo as condicionantes aplicáveis, o correto gerenciamento e destinação de resíduos gerados durante a execução, bem como a recuperação de áreas eventualmente degradadas, contribuindo para a manutenção da qualidade ambiental e para a sustentabilidade das intervenções realizadas.

#### 4.3. Subcontratação

4.3.1. Não se admite a subcontratação da prestação deste serviço.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

#### 4.4. Garantia da contratação

4.4.1. Quando formalizados contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, poderá ser exigida garantia contratual correspondente a **5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato**, conforme disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

4.4.2. Considerando que a contratação se dará inicialmente por meio de Ata de Registro de Preços, não será exigida garantia nesta fase, uma vez que a Ata não gera obrigação imediata de execução nem compromisso financeiro.

4.4.3. A exigência de garantia poderá ser prevista nos contratos decorrentes da Ata, a serem formalizados conforme a demanda da Administração, observada a necessidade e a proporcionalidade em relação ao valor de cada contratação específica, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

4.4.4. A exigência de garantia, quando aplicável, terá por finalidade assegurar a fiel execução dos serviços, a correção de eventuais falhas e o cumprimento das obrigações assumidas, observada a proporcionalidade em relação ao valor e ao risco de cada contratação específica.

4.4.5. Como se trata de obra, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, conforme Art. 59, §5º da Lei 14.133/2021.

#### 4.5. Vistoria

4.5.1. Não se aplica, conforme justificativa acostada no Estudo Técnico Preliminar.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature, the word "Gest", and the word "Orden" next to the number 5.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

5.1.1. Início da execução do objeto: No máximo 07 dias, após a emissão da Ordem de Serviço;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, tecnologias procedimentos de execução do trabalho encontram-se no memorial descritivo que será anexado ao processo.

5.1.2.1 Os serviços de engenharia serão executados sob demanda da Administração, de forma parcelada, conforme a necessidade identificada nas estradas vicinais e demais áreas da infraestrutura rural do Município de Bela Vista/MS, observadas as diretrizes técnicas, normas aplicáveis e orientações da fiscalização do contrato.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

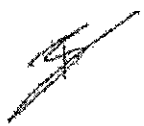
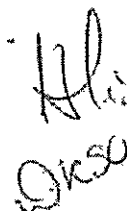
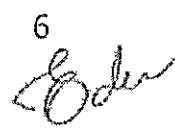
5.1.3.1 Considerando que a contratação se dará por meio de Sistema de Registro de Preços, não será estabelecido cronograma físico-financeiro pré-definido para a execução dos serviços.

5.1.3.2 A execução ocorrerá de forma gradual e conforme a disponibilidade orçamentária e financeira, mediante a emissão de Ordens de Serviço, nas quais serão definidos os trechos, quantitativos, prazos e demais condições específicas de cada demanda, respeitada a vigência da Ata de Registro de Preços e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.1.5. Local: Os serviços serão executados no Município de Bela Vista/MS, em estradas vicinais, áreas rurais e demais pontos da infraestrutura rural, conforme definido pela Administração Municipal em cada Ordem de Serviço emitida durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.1.6. Definição de áreas e coordenadas

Em cada contrato formalizado decorrente da Ata de Registro de Preços deverá constar, de forma expressa, a definição da área de intervenção, com a identificação dos trechos a serem atendidos, respectivas coordenadas geográficas, quando aplicável, bem como as planilhas quantitativas dos serviços correspondentes a cada trecho, as quais

   6



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

comporão a formalização contratual, juntamente com os demais documentos técnicos pertinentes.

A definição das áreas e trechos será realizada pela Administração Municipal, de acordo com a demanda identificada, observadas as diretrizes técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e no Memorial Descritivo.

**5.1.7. Os serviços serão prestados no seguinte horário de trabalho:**

- ✓ Os serviços deverão ser executados, preferencialmente, em horário comercial, compreendido entre 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, podendo ser ajustado conforme a necessidade da Administração, condições climáticas, operacionais ou por determinação da fiscalização do contrato.

**5.1.8. Observância ao cronograma e penalidades**


Em cada contrato formalizado deverá ser apresentado o cronograma físico-financeiro específico, disponibilizado pela Contratante, compatível com os serviços e trechos definidos, o qual integrará a formalização contratual.

A execução dos serviços deverá observar rigorosamente os prazos e condições estabelecidos no contrato, na Ordem de Serviço e no respectivo cronograma físico-financeiro, sendo vedados atrasos injustificados, que poderão ensejar a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas neste Termo de Referência, no edital, no contrato e na Lei nº 14.133/2021.

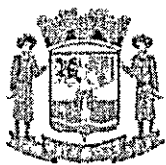
**5.2. Rotinas a serem cumpridas**

A execução dos serviços de engenharia deverá observar, obrigatoriamente, as seguintes rotinas:

- ✓ A execução dos serviços deverá obedecer aos projetos, memoriais descritivos e demais documentos técnicos aprovados pela Administração Municipal, quando aplicáveis ao tipo de serviço contratado;

  
Hh  
7  
OKSG Borden

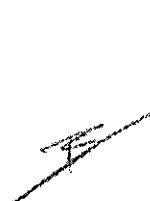




ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

- ✓ Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com o Memorial Descritivo, projetos, especificações técnicas, bem como com a legislação vigente e normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à infraestrutura viária e obras de engenharia;
- ✓ A mão de obra empregada deverá ser devidamente qualificada, devendo os materiais utilizados apresentar qualidade compatível com as especificações técnicas, sendo vedada a utilização de materiais fora dos padrões exigidos;
- ✓ Todo o material resultante de escavações, raspagens, remoções ou sobras de serviços deverá receber destinação ambientalmente adequada, em local previamente autorizado, observada a legislação ambiental vigente;
- ✓ Não deverá permanecer entulho, resíduos ou materiais inservíveis nas áreas de execução dos serviços, devendo a contratada promover a limpeza contínua e final dos locais atendidos;
- ✓ A contratada será responsável pelo fornecimento integral de materiais, equipamentos, ferramentas, máquinas e mão de obra necessários à plena execução dos serviços;
- ✓ Os equipamentos e máquinas deverão estar disponíveis nos locais de execução em tempo hábil, de modo a garantir a continuidade e a sequência lógica dos serviços, evitando paralisações injustificadas;
- ✓ A execução dos serviços deverá contar com a responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado, com registro no respectivo Conselho de Classe competente, o qual deverá acompanhar os serviços, sem prejuízo da atuação do mestre de obras ou encarregado designado pela contratada.

  
Edmundo



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

### 5.3 Materiais a serem disponibilizados

#### 5.3.1. Disposições gerais

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar, em cada contrato formalizado e respectiva Ordem de Serviço, todos os materiais, equipamentos, máquinas, ferramentas, utensílios e mão de obra necessários à execução dos serviços de engenharia contratados, nas quantidades e qualidades compatíveis com as demandas definidas, promovendo sua substituição sempre que necessário.

#### 5.3.2. Materiais e equipamentos

A Contratada deverá fornecer todos os materiais, insumos e equipamentos necessários à execução dos serviços descritos, os quais deverão receber prévia aprovação da Contratante, que se reserva o direito de rejeitá-los caso não atendam aos padrões de qualidade, especificações técnicas e normas vigentes.


Todos os materiais empregados deverão obedecer às especificações técnicas constantes dos projetos, memoriais descritivos e demais documentos técnicos, quando aplicáveis. Na hipótese de comprovada impossibilidade de aquisição de determinado material especificado, a eventual substituição deverá ser formalmente solicitada, acompanhada de justificativa técnica, ficando condicionada à manifestação do Responsável Técnico e à autorização prévia da Prefeitura Municipal de Bela Vista/MS.

#### 5.3.3. Identificação dos serviços

Quando aplicável, deverá ser instalada placa de identificação dos serviços, conforme orientações constantes no Memorial Descritivo e nos documentos técnicos que integrarem cada contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, observadas as normas de publicidade institucional.

#### 5.3.4. Mão de obra e recursos operacionais

A Contratada deverá disponibilizar mão de obra qualificada, equipamentos, máquinas e demais recursos operacionais necessários à execução dos serviços, em

  
H. 9  
AKSL Eder



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

quantitativos compatíveis com cada demanda, respeitados os prazos definidos no contrato, na Ordem de Serviço e no respectivo cronograma, quando houver.

A execução dos serviços deverá observar, no que couber:

- Os projetos e/ou memoriais descritivos aplicáveis a cada demanda;
- As normas técnicas vigentes;
- As normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente aquelas relativas à segurança e saúde no trabalho.

**5.3.5. Logística, acondicionamento e desmobilização**

Compete ainda à Contratada prover:

- Os materiais necessários à execução dos serviços, promovendo seu adequado acondicionamento, de modo a preservar a qualidade e evitar perdas;
- As instalações administrativo-operacionais e de apoio, quando necessárias, compatíveis com o porte e a natureza dos serviços definidos em cada contrato;
- A manutenção de depósitos, almoxarifados e equipamentos, quando aplicável, durante a execução dos serviços, bem como a desmobilização ao final de cada contrato, após o aceite definitivo pela administração municipal.

**Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

**5.4. Garantia dos serviços**

Os serviços executados deverão atender às especificações técnicas, às condições de qualidade e às exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no Memorial Descritivo, nos projetos aplicáveis e nos demais documentos técnicos que integrarem cada contrato formalizado.

10  
GK56, Edson



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

*5.4.1. Garantia aplicável aos serviços de recomposição de revestimento primário (cascalhamento)*

Para os serviços de recomposição de revestimento primário (cascalhamento), a garantia abrangerá a correta execução dos serviços, compreendendo a conformidade técnica, a qualidade dos materiais empregados e o atendimento às especificações previstas no Memorial Descritivo e nas Ordens de Serviço correspondentes.

A garantia não se estenderá aos desgastes naturais decorrentes do uso normal da via, do tráfego de veículos, da ação de agentes climáticos ou da ausência de manutenção posterior, desde que não caracterizado vício de execução.

*5.4.2. Garantia aplicável aos serviços estruturais e pontes*

Para os serviços estruturais, inclusive pontes, a Contratada responderá pela solidez e segurança da obra pelo prazo de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 618 do Código Civil, contado a partir do recebimento definitivo dos serviços, sem prejuízo das demais responsabilidades legais.

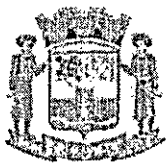
*5.4.3. Aplicação da garantia no Sistema de Registro de Preços*

Nos contratos formalizados a partir da Ata de Registro de Preços, o prazo de garantia será contado individualmente, a partir do recebimento definitivo dos serviços executados em cada contrato, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Durante o prazo de garantia aplicável, a Contratada deverá, às suas expensas, corrigir, reparar ou refazer eventuais vícios, defeitos ou falhas comprovadamente decorrentes de execução inadequada ou emprego de materiais em desconformidade com as especificações técnicas, sempre que devidamente notificada pela Administração.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

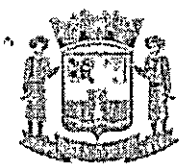
6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período firmado entre as partes.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

12  
OKSC [Handwritten signature]



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



6.15. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**Gestor do Contrato**

6.16. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando a autoridade superior para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das

  13  
OKS Eder



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

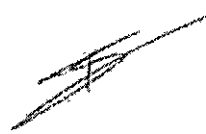

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

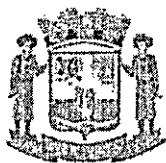
6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A medição dos serviços será realizada **por etapa efetivamente executada**, de acordo com os **quantitativos previstos nas planilhas do trecho atendido**, aprovadas pela fiscalização, observadas as condições estabelecidas em cada contrato formalizado e respectiva Ordem de Serviço.

  14  
GVSU. Edm



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

7.1.1 A medição deverá ser formalizada por meio de Boletim de Medição. A medição deverá ser acompanhada por documentação comprobatória pertinente, composta, no mínimo, por:

a) Memória de Cálculo

- Demonstrativo dos quantitativos executados;
- Vinculação direta às planilhas contratuais do trecho atendido.

b) Relatório Fotográfico

- Fotos do *antes, durante e depois* da execução;
- Identificação de datas e, quando aplicável, coordenadas geográficas;
- Fundamental para estradas vicinais e pontes.

c) Diário de Obras ou Relatório de Execução

- Registro das atividades realizadas no período;
- Ocorrências relevantes, paralisações, condições climáticas;
- Assinado pelo responsável técnico da contratada e pela fiscalização, quando exigido.

d) ART ou RRT do período

- Comprovação de responsabilidade técnica vinculada ao contrato;

7.1.2. Caso se constate execução abaixo do previsto, o pagamento será proporcional ao percentual efetivamente concluído, podendo haver retenções até a regularização.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a). Não produzir os resultados acordados,
- b) Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

7.4. Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o Preposto da Contratada para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos;

7.5. A notificação quanto a existência de irregularidades na prestação dos serviços do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato;

7.6. Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Fiscal do Contrato preencherá Termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido;

7.7. O Termo de Notificação será imediatamente apresentado ao preposto da Contratada, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu "visto" no documento, que ficará sob guarda do Fiscal de Contrato.

**Do recebimento**

7.8. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.8.1 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, **quando for o caso.**

7.9. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. O fiscal deverá emitir o Termo Detalhado que deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo Gestor de Contratos, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

  17  




ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

7.17.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.17.2. Complementar o Termo Detalhado com as informações sobre a fiscalização administrativa, para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.17.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### Liquidação

7.18. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

7.19. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133. de 2021

7.20. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.20.1. O prazo de validade, se for o caso;

7.20.2. A data da emissão;

7.20.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.20.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.20.5. O valor a pagar; e

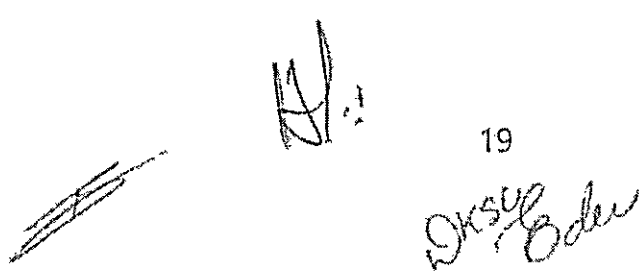
7.20.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

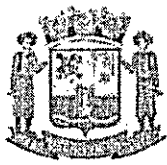
7.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.22. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

7.23. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

7.25. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

**Prazo de pagamento**

7.27. Nos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, o pagamento ocorrerá individualmente por contrato e por medição, não gerando a Ata, por si só, direito à execução de serviços ou a pagamentos, os quais dependerão da formalização contratual e da emissão da respectiva Ordem de Serviço.

7.28. Poderão ser efetuadas retenções legais previstas na legislação vigente, bem como glosas relativas a serviços não executados ou executados em desconformidade com as especificações técnicas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **até dez dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa.




7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária. Adotado pelo Município (IPCA).

7.31. O pagamento será efetuado **por medição dos serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização**, em conformidade com o contrato, a Ordem de Serviço e as planilhas do trecho atendido, nos termos do **art. 141 da Lei nº 14.133/2021**.

**Forma de pagamento**

7.32. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Antecipação de pagamento**

7.37. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

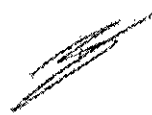


**Reajuste**

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais, utilizando sistemas oficiais de custos, tal como SINAPI (maio/2025).

7.39. Decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, e independentemente de solicitação do Contratado, os preços poderão ser reajustados pelo Contratante, mediante a aplicação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC-DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou outro índice que venha a substituí-lo, limitado às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da legislação vigente.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

    
21  
19/05/20



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



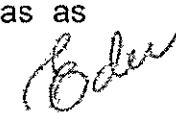

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

    
22  




ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1 *Moratória, para as infrações descritas no item "d", de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.*

8.2.4.2 *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3 *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "e" a "h" de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4 *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5 *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

8.2.4.6 *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.7 *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:*

8.2.4.7.1 Constituem hipóteses específicas de **inexecução parcial**, passíveis de aplicação da penalidade prevista no item 8.2.4.7, dentre outras:



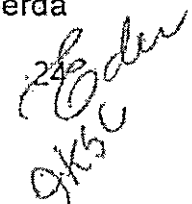
- a) Execução de serviços em desacordo com as especificações técnicas, projetos, memoriais descritivos ou normas aplicáveis, quando não sanada no prazo fixado pela fiscalização;
- b) Utilização de materiais ou insumos em desconformidade com os padrões de qualidade exigidos;
- c) Descumprimento de prazos intermediários estabelecidos em ordens de serviço ou cronogramas, quando não caracterizada a inexecução total;
- d) Falhas reiteradas na execução dos serviços que comprometam a qualidade, a segurança ou a durabilidade das obras;
- e) Não atendimento às determinações da fiscalização, desde que não configure hipótese mais gravosa prevista em outras alíneas.

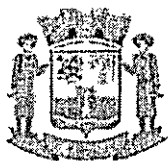
8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda

    
24/06/2016  
9K5C



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, ou outro cadastro da empresa.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados na plataforma de licitação (quando for eletrônico) serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

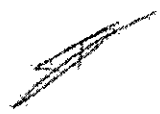
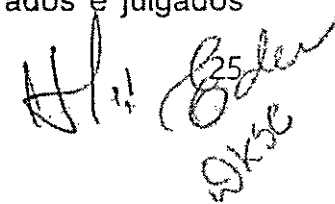
8.9.2 As peculiaridades do caso concreto;

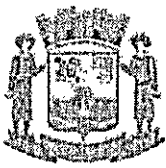
8.9.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 Os danos que dela provierem para o contratante; e

8.9.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

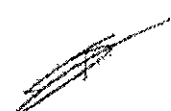

8.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

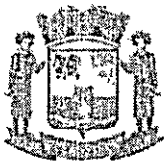
8.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, através do procedimento auxiliar de

  26  
OKSU



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

Sistema de Registro de Preços, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO**, com **INVERSÃO DE FASES**.

**Regime de execução**

9.2. O regime de execução do contrato será **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

**Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

9.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Handwritten signatures and initials: "H12", "Eder", and "OK50".



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);


9.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.13. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.14. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.16. Para pessoa jurídica, Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

  
Eder<sup>28</sup>



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

9.17. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. 9.5.4. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

9.18. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.19. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

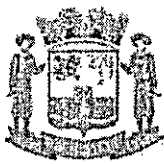
$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Passivo Circulante

*[Handwritten signatures and initials]*  
29  
OKU



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

9.19.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo OU o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

9.19.2. O atendimento aos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.19.3 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.19.4 O atendimento aos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante Declaração específica assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada de forma apartada do Balanço Patrimonial, pelo fornecedor.


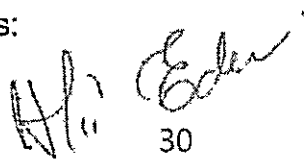
9.20. Da qualificação técnica:

9.20.1. Os critérios a serem atendidos pelo licitante serão os seguintes:

9.20.1.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) conforme as áreas de atuação, em plena validade;

9.21. Qualificação Técnico-Operacional: **Atestado de capacidade técnico-operacional**, Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.21.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

   
30  
9/150



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

Item	Descrição	Unidade	Quantidade exigida	Relevância Financeira
1	CONSTRUÇÃO DE VIGAMENTO SIMPES (INCLUSIVE SUB VIGAS) – MATERIAL E MÃO DE OBRA	JGXM	50,00	7,09%
2	CONSTRUÇÃO DE VIGAMENTO ARMADO (INCLUSIVE CARRAPTO)	JGXM	30,00	7,86%
3	CONSTRUÇÃO DE ASSOALHO – MATERIAL E MÃO DE OBRA	M	150,00	7,70%
4	COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% DO PROCTOR INTERMEDIÁRIO	M³	24.500,00	9,15%
Apesar de não representar 4% ou mais do orçamento, o item abaixo foi incluído como relevante devido à sua importância técnica. Embora o valor individual não ultrapasse esse percentual, a quantidade expressiva desse item e a complexidade de sua execução torna fundamental a experiência prévia na realização desse volume de serviço, garantindo a qualidade e a segurança. Sendo necessário a apresentação de atestado de capacidade técnica conforme previsto na Lei 14.133/21 Artigo 6º, inciso XLIV e Artigo.67, §1º.				
5	EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO COM MATERIAL DE JAZIDA	M³	7.350,00	3,86%

9.22. Qualificação Técnico-Profissional: Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT,

*[Handwritten signatures and initials]*  
31  
OKS6





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

expedida pelo CREA, CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, a apresentação do(s) profissionais(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

Item	Descrição	Unidade	Quantidade exigida	Relevância Financeira
1	CONSTRUÇÃO DE VIGAMENTO SIMPES (INCLUSIVE SUB VIGAS) – MATERIAL E MÃO DE OBRA	JGXM	50,00	7,09%
2	CONSTRUÇÃO DE VIGAMENTO ARMADO (INCLUSIVE CARRAPTO)	JGXM	30,00	7,86%
3	CONSTRUÇÃO DE ASSOALHO – MATERIAL E MÃO DE OBRA	M	150,00	7,70%
4	COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% DO PROCTOR INTERMEDIÁRIO	M³	24.500,00	9,15%
Apesar de não representar 4% ou mais do orçamento, o item abaixo foi incluído como relevante devido à sua importância técnica. Embora o valor individual não ultrapasse esse percentual, a quantidade expressiva desse				



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

item e a complexidade de sua execução torna fundamental a experiência prévia na realização desse volume de serviço, garantindo a qualidade e a segurança. Sendo necessário a apresentação de atestado de capacidade técnica conforme previsto na Lei 14.133/21 Artigo 6º, inciso XLIV e Artigo 67, §1º.				
5	EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO COM MATERIAL DE JAZIDA	M³	7.350,00	3,86%

9.22.1. Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista:

a) O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.22.2. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante na data prevista para entrega da proposta. Para fins deste certame, entende-se como quadro permanente: sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social, o administrador ou o diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

9.22.3. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.22.4. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

9.22.5. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.22.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**9.23. Disposições gerais sobre habilitação**

9.23.1. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.23.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.




9.23.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 5.721.252,08 (cinco milhões, setecentos e vinte e um mil, duzentos e cinquenta e dois reais e oito centavos).

**11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 As despesas decorrentes das contratações oriundas da Ata de Registro de Preços correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente à época da formalização de cada contrato, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

  
  
34  




ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

11.2 A existência de dotação orçamentária será exigida no momento da contratação, não sendo necessária a prévia indicação de dotação específica para a celebração da Ata de Registro de Preços.

11.3 A indicação da dotação orçamentária, elemento de despesa, fonte de recursos e demais classificações orçamentárias será realizada em cada contrato formalizado e/ou instrumento equivalente, bem como na respectiva Nota de Empenho, observada a legislação orçamentária vigente.

## 12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Bela Vista, 25 de fevereiro de 2026.

Elaborado por:

1. Nome: Eder Silva Neto

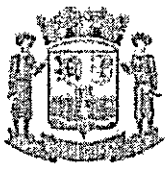
Cargo: Gerente de Obras e Infraestrutura

Matrícula: 9146

2. Nome: Dalisa Keity Silva Cardoso

Cargo: Coordenadora de divisão de compras, patrimônio e almoxarifado

Matrícula: 6535



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

3. Nome: Tharso Mosqueira de Negreiros Szabo

Cargo: Coordenador de divisão de recursos humanos

Matrícula: 9706

Aprovado por:

  
ELVIO RAMIRES

Secretário Municipal De Obras, Infraestrutura e Transporte

**ETP**



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E GERENCIAMENTO DE RISCO**

**OBJETO:**

Análise da viabilidade técnica e econômica para atendimento das demandas de infraestrutura rural, compreendendo a manutenção de estradas vicinais e reforma de pontes, no Município de Bela Vista/MS.

**LEGISLAÇÃO**

- ✦ Lei Federal n.º 14.133/2021;
- ✦ Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de engenharia e de outras providências;
- ✦ Lei n.º 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- ✦ NOTA TÉCNICA IBR N.º 01/2024 – Dispõe sobre Sistema de Registro de Preços (SRP). Aplicações em contratações de obras e serviços de engenharia segundo a Lei n.º 14.133/2021.
- ✦ DNIT 007/2003 - ES: Terraplenagem – Execução;
- ✦ DNIT 103/2009 - ES - Drenagem superficial;
- ✦ DNIT Manual de drenagem de rodovias – IPR – 724;
- ✦ Decreto n.º 10.101/2023 que regulamentou o Estudo Técnico Preliminar;
- ✦ Decreto n.º 10.319/2023 que regulamentou o Gerenciamento de Risco;
- ✦ Resolução Normativa n.º 088/2018 e 225/2024 - TCE/MS e suas alterações;

**1- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Bela Vista, localizado no sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, possui ampla extensão territorial, com predominância de áreas rurais destinadas às atividades agropecuárias, ao deslocamento da população residente no campo e ao escoamento da produção local. A infraestrutura viária rural constitui elemento essencial para a integração territorial do município, sendo composta majoritariamente por estradas vicinais não pavimentadas, bem como por pontes de

*[Handwritten signatures and initials]*  
1



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

madeira que viabilizam a transposição de cursos d'água, áreas alagadiças e depressões naturais, garantindo a continuidade do tráfego ao longo dessas vias.

A malha viária rural do Município de Bela Vista/MS, possui extensão aproximada de 728.440 metros (728,44 km) de estradas vicinais, distribuídas por todo o território municipal, atendendo propriedades rurais, comunidades isoladas, áreas produtivas e diversos assentamentos rurais, dentre os quais se destacam Caracol, Santa Marina e Ressaca, entre outros. Integradas a essa malha, existem diversas pontes de madeira, muitas delas construídas há vários anos, que desempenham papel estrutural indispensável para a conectividade das estradas rurais.

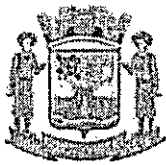
Essas vias e estruturas representam o principal meio de acesso da população rural aos serviços públicos essenciais, bem como à circulação de bens, insumos e produtos agropecuários, sendo indispensáveis para o desenvolvimento socioeconômico local. A inexistência ou a precariedade de pontes inviabiliza completamente o tráfego em determinados trechos, tornando ineficazes, por si só, as intervenções realizadas apenas nas estradas.

Em razão do tráfego contínuo de veículos leves, pesados e de transporte coletivo, aliado à ação de fatores climáticos, especialmente durante o período chuvoso, as estradas vicinais sofrem desgaste progressivo, com perda do revestimento primário, surgimento de processos erosivos, formação de buracos, sulcos e atoleiros. De forma associada, as pontes de madeira sofrem deterioração de seus elementos estruturais, tais como esteios, vigamentos, assoalhos, guarda-corpos e sistemas de apoio, comprometendo a segurança dos usuários e aumentando o risco de acidentes. Nos períodos de estiagem, a degradação do revestimento das vias ocasiona ainda excessiva geração de poeira, afetando a visibilidade, a segurança viária e a saúde da população.

Nesse contexto, a recomposição e aplicação do revestimento primário (cascalhamento) mostram-se indispensáveis para a formação de uma camada de rolamento resistente às intempéries, capaz de suportar o tráfego regular de veículos. Paralelamente, a reforma e o reforço estrutural das pontes de madeira tornam-se essenciais para garantir a continuidade e a segurança do tráfego, uma vez que tais estruturas concentram esforços elevados e constituem pontos críticos da malha viária rural. A adequada execução desses serviços contribui para a melhoria da aderência, da regularidade superficial das vias e da segurança estrutural das travessias, ampliando a durabilidade das intervenções realizadas.

*M. B. da Silva*  
2. DRS





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**  
**Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes**

Outro aspecto relevante refere-se à deficiência ou insuficiência de sistemas de drenagem ao longo das estradas e nas cabeceiras das pontes. A ausência de dispositivos adequados de escoamento das águas pluviais favorece o acúmulo de água sobre a plataforma das vias e junto às estruturas de madeira, ocasionando erosões, carreamento do material de revestimento e deterioração acelerada tanto das estradas quanto das pontes. Torna-se, portanto, necessária a implantação, recuperação ou adequação de sistemas de drenagem, valas laterais, saídas d'água, dispositivos transversais e demais estruturas correlatas, visando preservar a integridade do revestimento primário e das obras de arte especiais.

Ressalte-se, ainda, que parcela significativa da malha viária rural do Município de Bela Vista/MS é utilizada diariamente para a execução do transporte escolar, atendendo alunos residentes em áreas rurais e assentamentos. As condições inadequadas das estradas e das pontes comprometem diretamente a segurança dos estudantes, a regularidade do serviço e o cumprimento do calendário letivo, sobretudo em períodos chuvosos, quando ocorrem interdições e riscos estruturais. Assim, a melhoria integrada da infraestrutura viária rural é fundamental para assegurar a continuidade, a eficiência e a segurança do transporte escolar, em consonância com o dever constitucional do Município de garantir o acesso à educação.

As más condições das estradas vicinais e das pontes impactam igualmente o escoamento da produção agropecuária, dificultando o transporte de produtos agrícolas, insumos e demais bens, elevando custos logísticos e reduzindo a competitividade dos produtores locais. A recomposição do revestimento primário, aliada à reforma das pontes de madeira, contribui para um transporte mais eficiente e seguro, facilitando o acesso aos mercados consumidores e fortalecendo o desenvolvimento econômico do município.

Adicionalmente, a degradação contínua dessas infraestruturas, quando tratada apenas por meio de manutenções emergenciais e paliativas, resulta em intervenções frequentes, de elevado custo e baixa durabilidade. A execução planejada e integrada de serviços de recomposição do revestimento primário, adequação da drenagem e reforma estrutural das pontes de madeira configura medida preventiva e sustentável, capaz de reduzir custos recorrentes de manutenção, otimizar a aplicação dos recursos públicos e aumentar a vida útil da malha viária rural.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de realização de Análise de Viabilidade Técnica e Econômica, visando à definição da melhor solução para atender à demanda de manutenção das estradas vicinais e reforma das pontes de madeira que compõem a infraestrutura rural do Município de Bela Vista/MS. O presente Estudo

*[Handwritten signature]*  
3 OKSL



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

Técnico Preliminar tem por finalidade subsidiar a tomada de decisão administrativa, avaliando alternativas técnicas, custos envolvidos, eficiência, durabilidade das intervenções e benefícios esperados, assegurando a adoção da solução mais adequada ao interesse público, em observância aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e do desenvolvimento sustentável, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

**2- DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DEMODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO.**

O Plano de Contratações Anual - publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas:

- I) ID PCA no PNCP: 03217916000196-0-000002/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 31/07/2025
- III) Id do item no PCA: 45
- IV) Classe/Grupo: 833

Link: <https://pncp.gov.br/app/pca/03217916000196/2026/2>

**3- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

Os requisitos da contratação são as condições indispensáveis que a solução a ser contratada deve ter para atender à necessidade de contratação, incluindo padrões mínimos de qualidade para possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa. Neste sentido, possui os seguintes requisitos:

**3.1 Detalhamento**

Item	Especificação
01	Infraestrutura rural, compreendendo a recomposição de revestimento primário em estradas vicinais e a reforma de pontes de madeira, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais serviços necessários, a serem <b>executados sob demanda</b> , conforme Projeto Executivo, Memorial (is) Descritivo (s) e Planilha Orçamentária.

*[Handwritten signature]*  
4/08/2025



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**  
**Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes**

Ressalta-se que as quantidades apresentadas na planilha orçamentária, possuem caráter estimativo, não constituindo obrigação de consumo por parte da Administração, sendo a execução dos serviços realizada conforme a necessidade do Município, nos termos do Sistema de Registro de Preços.

A contratação compreende a execução integrada de serviços de engenharia voltados à manutenção da infraestrutura viária rural do Município de Bela Vista/MS, abrangendo tanto a recomposição do revestimento primário (cascalhamento) das estradas vicinais quanto a reforma e recuperação estrutural de pontes de madeira, conforme planilha orçamentária referencial.

### ***3.1.1 Recomposição de Revestimento Primário – Estradas Vicinais***

Os serviços de Infraestrutura Rural – recomposição de revestimento primário compreendem o conjunto de intervenções necessárias à recuperação funcional de estradas vicinais não pavimentadas, visando restabelecer condições adequadas de trafegabilidade, segurança e durabilidade das vias rurais.

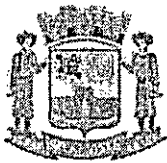
As intervenções envolvem, dentre outras, as seguintes tipologias de serviços:

- Terraplenagem (corte, aterro, escavação e compactação);
- Regularização e conformação da superfície com motoniveladora;
- Execução de revestimento primário com material proveniente de jazida licenciada;
- Transporte de material em leito natural e pavimentado;
- Implantação, recuperação ou adequação de sistemas de drenagem (bueiros, tubos PEAD, valetas e dispositivos transversais);
- Serviços complementares (limpeza, roçada, sinalização e recomposição de acessos).

As atividades a serem executadas incluem, no mínimo:

- a) Serviços preliminares, como limpeza da faixa de domínio, roçada manual ou mecanizada, desobstrução de sarjetas, bueiros e dispositivos de drenagem existentes;
- b) Regularização e conformação da plataforma da estrada, com correção do greide, abaulamento transversal e adequação das inclinações laterais;
- c) Execução do revestimento primário, compreendendo fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação do material;

5.06.2017  
EXSC



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

- d) Serviços de terraplenagem, quando necessários, com observância dos parâmetros técnicos de compactação;
- e) Implantação ou recuperação de sistemas de drenagem, visando o adequado escoamento das águas pluviais e a prevenção de processos erosivos;
- f) Compactação final do revestimento com equipamentos apropriados;
- g) Serviços complementares indispensáveis à plena funcionalidade das vias rurais.

### **3.1.2 Reforma e Recuperação de Pontes de Madeira**

A contratação inclui, de forma complementar e integrada, a reforma e recuperação estrutural de pontes de madeira existentes na malha viária rural, considerando que tais estruturas constituem pontos críticos de continuidade do tráfego e de segurança dos usuários.

Os serviços de reforma de pontes de madeira compreendem, conforme a necessidade de cada estrutura:

- Demolição controlada de elementos deteriorados;
- Execução ou reforço de fundações, esteios e apoios;
- Substituição ou reforço de vigamentos e longarinas;
- Execução ou substituição de assoalho, guias de roda e guarda-corpos;
- Tratamento, proteção e pintura das estruturas de madeira;
- Adequação de cabeceiras e dispositivos de drenagem associados às pontes;
- Serviços complementares necessários à restauração da capacidade estrutural e à segurança das travessias.

Os serviços deverão observar as boas práticas de engenharia, as normas técnicas aplicáveis, bem como as orientações da fiscalização municipal, garantindo estabilidade estrutural, segurança dos usuários e durabilidade das intervenções.

A definição exata das quantidades, trechos e estruturas a serem atendidas ocorrerá conforme levantamento técnico prévio, prioridades definidas pela Administração Municipal e disponibilidade orçamentária, podendo a execução se dar de forma gradual e conforme a demanda.

*[Handwritten signature]*  
6



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

### 3.2 Classificação da Natureza do Objeto

O objeto da contratação consiste na execução de serviços comuns de engenharia de infraestrutura rural, abrangendo a recomposição de revestimento primário de estradas vicinais e a reforma de pontes de madeira.

Os serviços apresentam características padronizáveis, metodologias executivas usuais, especificações técnicas consolidadas no mercado e parâmetros objetivos de medição e fiscalização. Tanto os serviços de cascalhamento quanto os de reforma de pontes de madeira envolvem soluções técnicas recorrentes, amplamente executadas por empresas do ramo, não demandando projetos individualizados complexos para cada intervenção.

A execução ocorre de forma repetitiva e previsível, conforme a necessidade da Administração, sem definição prévia e exata de todos os locais e quantitativos, o que viabiliza a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

Tal enquadramento é compatível com o entendimento técnico consolidado, inclusive conforme orientações do Instituto Brasileiro de Obras Públicas – IBR, que admite a utilização do SRP para serviços de engenharia quando caracterizada a padronização, execução sob demanda e ausência de definição exata dos quantitativos e locais.

### 3.4 Sustentabilidade

A execução dos serviços deverá observar práticas construtivas sustentáveis, incluindo:

- Emprego de técnicas de baixo impacto ambiental;
- Gestão racional do uso de água e energia;
- Utilização, sempre que possível, de materiais reciclados, recicláveis e fornecedores locais;
- Planejamento das atividades visando à redução de emissões de CO<sub>2</sub> e ao controle de poeira, ruídos e demais impactos ambientais durante a execução dos serviços.

A execução dos serviços deverá observar princípios e práticas de sustentabilidade, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e com as boas práticas

*Edson*  
*MSL* 7 *Al.*



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**  
**Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes**

aplicáveis às obras e serviços de infraestrutura rural, considerando os aspectos ambientais, sociais e econômicos envolvidos.

No aspecto ambiental, os serviços deverão priorizar, sempre que técnica e economicamente viável, a adoção de técnicas executivas de baixo impacto ambiental, com vistas à preservação do solo, da vegetação e dos recursos hídricos existentes nas áreas de intervenção. Deverão ser observadas medidas voltadas ao controle de processos erosivos, ao adequado escoamento das águas pluviais e à mitigação de impactos decorrentes da movimentação de terra e do tráfego de máquinas pesadas.

No que se refere à gestão de recursos naturais, deverá ser incentivado o uso racional e eficiente de água e energia, tanto nas frentes de serviço quanto nos canteiros de apoio, buscando reduzir desperdícios e consumo excessivo. Sempre que possível, deverão ser utilizados materiais provenientes de jazidas licenciadas, bem como materiais recicláveis ou reciclados, respeitadas as especificações técnicas do projeto e as normas ambientais vigentes.

Sob o aspecto logístico e operacional, o planejamento das atividades deverá considerar a otimização de deslocamentos, a organização das frentes de trabalho e a escolha de fornecedores e prestadores locais, quando viável, de modo a reduzir emissões de gases de efeito estufa, custos de transporte e impactos associados ao tráfego de veículos pesados nas vias rurais.

No aspecto social, a execução dos serviços deverá buscar a minimização de transtornos à população local, especialmente às comunidades rurais atendidas pelas estradas vicinais e pontes objeto da contratação, por meio do controle de poeira, ruídos, vibrações e interferências no tráfego, além da adequada sinalização das frentes de obra, visando à segurança dos usuários.

Por fim, a gestão ambiental dos serviços deverá observar o cumprimento da legislação ambiental vigente, incluindo as condicionantes aplicáveis, o correto gerenciamento e destinação de resíduos gerados durante a execução, bem como a recuperação de áreas eventualmente degradadas, contribuindo para a manutenção da qualidade ambiental e para a sustentabilidade das intervenções realizadas.

### **3.5 Garantia da Contratação**

Quando formalizados contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, poderá ser exigida garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

*[Handwritten signatures and initials]*  
8



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PRÉFECTURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**  
**Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes**

Considerando que a contratação se dará inicialmente por meio de Ata de Registro de Preços, não será exigida garantia nesta fase, uma vez que a Ata não gera obrigação imediata de execução nem compromisso financeiro.

A exigência de garantia poderá ser prevista nos contratos decorrentes da Ata, a serem formalizados conforme a demanda da Administração, observada a necessidade e a proporcionalidade em relação ao valor de cada contratação específica, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

A exigência de garantia, quando aplicável, terá por finalidade assegurar a fiel execução dos serviços, a correção de eventuais falhas e o cumprimento das obrigações assumidas, observada a proporcionalidade em relação ao valor e ao risco de cada contratação específica.

### **3.5.1 Garantia da Proposta**

Deverá ser exigida a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, devido a inversão de fases.

A garantia de proposta será de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação e será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.



Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades do que trata o § 1º do art. 96 da Lei Federal n. 14.133/21.

### **3.6 Vistoria**

Considerando que a contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP) e que os serviços serão executados sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço específicas ao longo da vigência da Ata, não é possível a realização de vistoria prévia aos locais de execução, uma vez que os trechos e áreas de intervenção serão definidos oportunamente pela Administração.

Dessa forma, fica dispensada a realização de vistoria técnica prévia para fins de participação no certame.

  
  
9



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

**3.7 Subcontratação (art. 122 da Lei nº 14.133/2021)**

Não será admitida a subcontratação dos serviços objeto desta contratação.

**3.7.1 Subcontratação de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP)**

Não será exigida a subcontratação de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) para a execução do objeto desta contratação, nos termos da Lei Complementar 123/2006. Considerando o valor estimado da contratação, no montante de R\$ 5.721.252,08, bem como a complexidade e a necessidade de execução integral do objeto, a imposição de subcontratação não se mostra medida apta a ampliar a competitividade ou a assegurar maior vantajosidade para a Administração. Assim, aplica-se a hipótese prevista no art. 4º, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, afastando-se a obrigatoriedade de tratamento favorecido por meio de subcontratação.

**4- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHESS DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA**

A estimativa das quantidades para a contratação dos serviços de Infraestrutura Rural – Recomposição de Revestimento Primário e Reforma de Pontes de Madeira, foi elaborada para fins de planejamento do Sistema de Registro de Preços (SRP), considerando que a execução ocorrerá conforme a demanda da Administração, de forma parcelada e gradativa, sem definição prévia e exata dos trechos de estradas ou das estruturas de pontes a serem atendidas.

As quantidades estimadas têm como base técnica a planilha orçamentária anexada aos autos, elaborada a partir de composições referenciais dos sistemas SICRO/DNIT, contemplando serviços típicos, recorrentes e padronizáveis de manutenção e melhoria da infraestrutura viária rural, abrangendo tanto intervenções em estradas vicinais não pavimentadas quanto serviços de reforma e recuperação de pontes de madeira, conforme parâmetros médios adotados em intervenções similares já executadas no Município de Bela Vista/MS.

No que se refere às estradas vicinais, a planilha contempla serviços como: regularização da plataforma, execução de revestimento primário, transporte de material de jazida, compactação, implantação ou adequação de dispositivos de

*Colar*  
*Me*  
*OKSC*  
10





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**  
**Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes**

drenagem e serviços complementares. Em relação às pontes de madeira, a estimativa quantitativa abrange serviços estruturais recorrentes, tais como substituição e reforço de elementos de madeira, execução de assoalho, vigamentos, guarda-corpos, tratamento e proteção das peças, bem como adequação de cabeceiras e dispositivos de drenagem associados, conforme tipologias padronizadas constantes da planilha.

O dimensionamento quantitativo considerou dados objetivos que fundamentam a estimativa, dentre os quais se destacam:

- Extensão aproximada da malha viária rural do Município de Bela Vista/MS, estimada em 728,44 km;
- Existência de múltiplas pontes de madeira distribuídas ao longo da malha viária rural, com características construtivas semelhantes, executadas majoritariamente em madeira e demandantes de manutenção periódica;
- Evidenciando a necessidade contínua de intervenções corretivas e preventivas, destacando-se que, no exercício de 2025, foram realizadas 19 (dezenove) manutenções em pontes de madeira pela Secretaria Municipal de Obras, o que demonstra a recorrência da demanda e a importância da manutenção permanente dessas estruturas para a segurança, a mobilidade e a continuidade dos serviços públicos essenciais. Registra-se que, sempre que essas intervenções emergenciais são necessárias, há deslocamento de equipes e equipamentos da rotina ordinária de trabalho, ocasionando o desfalque temporário de servidores e a consequente paralisação ou atraso de outros serviços públicos igualmente relevantes sob responsabilidade da Secretaria.
- Demandas recorrentes relacionadas ao transporte escolar rural e ao escoamento da produção agropecuária, essenciais à economia local;
- Largura média das vias rurais, estimada em 7,00 m;
- Espessura média adotada para o revestimento primário, de 20 cm;
- Volume médio estimado de material de jazida por quilômetro de estrada, da ordem de 1.050 m<sup>3</sup>/km, considerando a largura e a espessura médias adotadas;
- Tipologias médias de intervenções estruturais em pontes de madeira, compreendendo serviços de substituição e reforço de elementos estruturais (esteios, longarinas, tabuleiro, rodeiros, guias de rodas, guarda-corpos e caixão de aterro),

GMSU 11/04/2025



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

conforme parâmetros usuais de manutenção e os projetos técnicos adotados pelo Município.

Os itens constantes da planilha orçamentária possuem caráter padronizável e homogêneo, sendo aplicáveis a diferentes trechos da malha viária rural e a distintas pontes de madeira do município, de forma isolada, parcial ou integrada, conforme a necessidade identificada pela Administração Municipal.

Em razão dessa padronização, a planilha não se vincula a um trecho específico de estrada nem a uma ponte determinada, servindo como referencial técnico e quantitativo para o atendimento de demandas variáveis ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

Estima-se que exista um quantitativo significativo de pontes de madeira distribuídas ao longo da área rural do Município de Bela Vista/MS, as quais integram a malha viária vicinal, apresentam características construtivas semelhantes e demandam intervenções periódicas de manutenção e reforma estrutural, conforme a necessidade identificada pela Administração Municipal. Embora exista a perspectiva de elaboração de inventário detalhado dessas estruturas, sua conclusão pode demandar período prolongado, não sendo razoável postergar as ações de manutenção e recuperação, não sendo razoável postergar as ações de manutenção e recuperação, especialmente diante da possibilidade de ocorrência de eventos climáticos adversos e de situações emergenciais de natureza estrutural. Ressalte-se que a adoção recorrente de contratações por dispensa emergencial, a cada ocorrência dessa natureza, além de representar maior custo administrativo e financeiro, compromete o planejamento, reduz a competitividade e tende a resultar em soluções mais onerosas e de menor durabilidade. Nesse contexto, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se medida preventiva e mais eficiente, por permitir a contratação dos serviços de forma contínua, ágil e sob demanda, evitando a fragmentação de contratações emergenciais, assegurando economicidade, celeridade administrativa, segurança dos usuários e a adequada preservação da infraestrutura viária rural.

A adoção do SRP permite que os serviços sejam solicitados apenas quando necessários, mediante emissão de ordens de serviço, sem obrigatoriedade de contratação integral das quantidades estimadas, assegurando flexibilidade operacional, racionalidade no planejamento e melhor aproveitamento dos recursos públicos, tanto para intervenções em estradas quanto para reformas de pontes.

*[Handwritten signature]*  
WKSU  
12



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**  
**Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes**

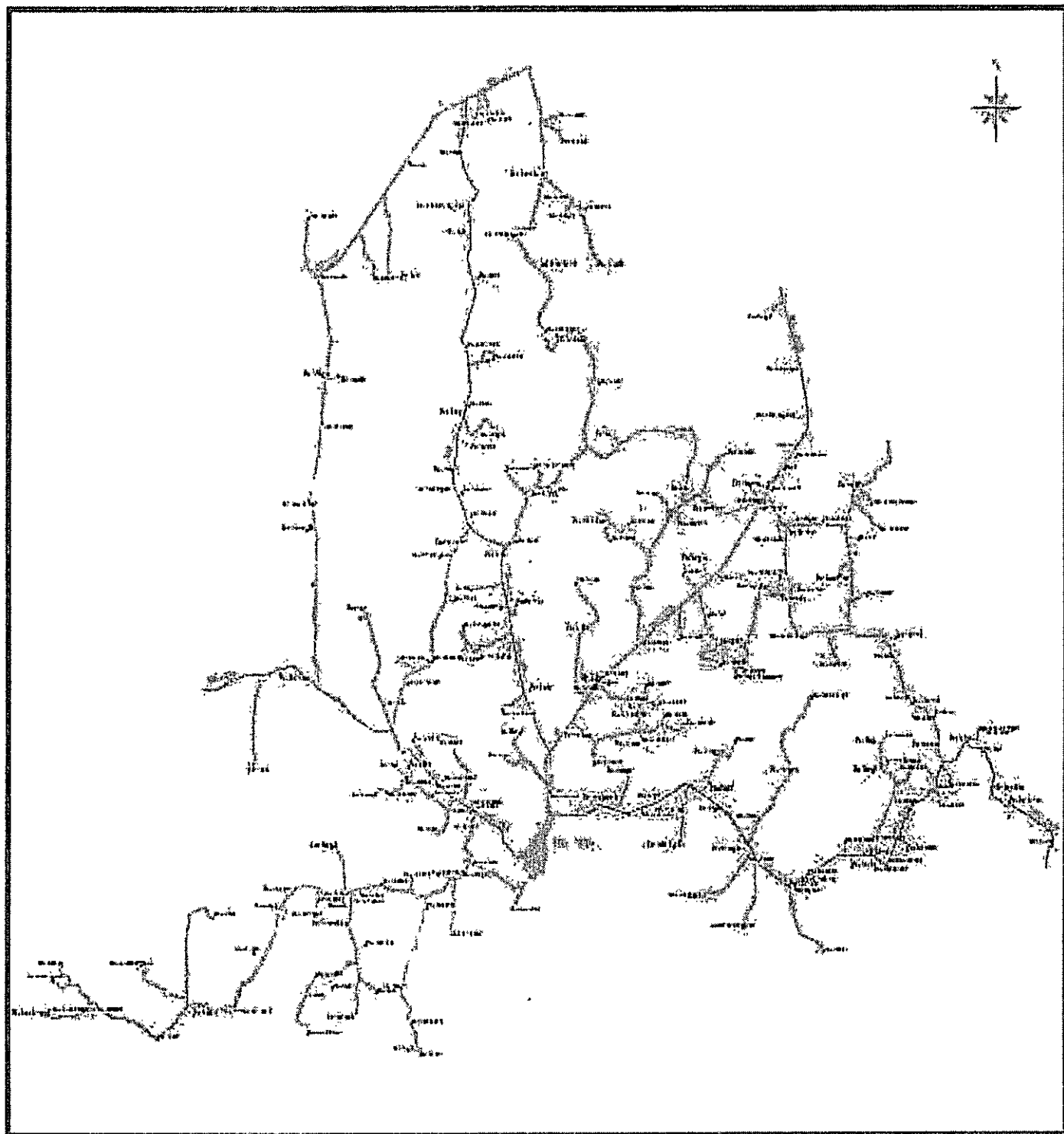
A estimativa das quantidades também considerou a possibilidade de economia de escala, decorrente da execução contínua de serviços padronizados, do aproveitamento logístico no transporte de materiais, da redução de mobilizações sucessivas de equipamentos e equipes e da integração entre as demandas de manutenção das estradas rurais e das pontes de madeira.

*[Handwritten signature]*  
9/5/6 13 *[Handwritten signature]*



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

Mapa de Localização da Área Rural do Município:



14  
Eden



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

Ressalte-se que as quantidades apresentadas possuem caráter meramente estimativo, destinando-se exclusivamente ao planejamento da contratação por meio do Sistema de Registro de Preços, sendo a execução condicionada à demanda efetiva, à disponibilidade orçamentária e às prioridades definidas pela Administração Municipal.

***Projeto Padronizado e Adequação às Condições Locais***

O objeto da contratação está amparado por projeto padronizado e referencial, elaborado com nível de detalhamento suficiente para assegurar a adequada execução dos serviços, em conformidade com o art. 85 da Lei nº 14.133/2021 e com as orientações da Nota Técnica do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBR.

O referido projeto estabelece soluções técnicas uniformes, métodos executivos consolidados e critérios objetivos de medição e pagamento, aplicáveis tanto às estradas vicinais quanto às pontes de madeira, podendo ser replicado em diferentes áreas e estruturas da malha viária rural, sem prejuízo da qualidade, da segurança e do desempenho dos serviços.

As eventuais adaptações do projeto restringem-se às dimensões físicas dos trechos ou das estruturas a serem atendidas, tais como extensão, largura da via ou características geométricas das pontes, bem como a ajustes pontuais decorrentes das condições locais, não implicando alteração da concepção técnica, do método construtivo ou das especificações essenciais previamente definidas.

Dessa forma, a padronização do projeto permite a execução dos serviços de forma repetitiva, previsível e controlável, viabilizando contratações por demanda, com controle preciso dos quantitativos efetivamente executados, preservando o planejamento, a economicidade e a aderência às normas técnicas aplicáveis.

Link Projeto:

[https://drive.google.com/drive/folders/1WML32pHea3ggPih3u-GmX0Bq1RjTHCxZ?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1WML32pHea3ggPih3u-GmX0Bq1RjTHCxZ?usp=drive_link)

*[Handwritten signature]*  
15



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

**5- LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

Levantamento de mercado analisada:

**Solução 1 – Manutenção Rotineira de Estradas Vicinais (Patrolamento e Regularização Superficial)**

Consiste na execução de serviços de manutenção rotineira, abrangendo a regularização superficial da plataforma da estrada por meio de patrolamento, correção do abaulamento transversal e recomposição pontual do leito da via. Essa solução é indicada para trechos com desgaste leve a moderado, nos quais ainda não há perda significativa do revestimento primário. Trata-se de serviço amplamente disponível no mercado, de rápida execução, porém com durabilidade limitada quando não associada a outras intervenções estruturais.

**Solução 2 – Recomposição do Revestimento Primário (Cascalhamento)**

Abrange a aplicação ou recomposição do revestimento primário mediante fornecimento, transporte, espalhamento e compactação de material de jazida, formando camada de rolamento adequada ao tráfego de veículos leves e pesados.

Essa solução é indicada para trechos com desgaste acentuado do leito da via, onde a manutenção superficial se mostra insuficiente. O serviço é padronizado, amplamente ofertado no mercado e apresenta maior durabilidade quando executado conforme parâmetros técnicos adequados.

**Solução 3 – Terraplenagem com Correção de Greide e Plataforma**

Envolve a execução de serviços de terraplenagem, tais como cortes, aterros, escavações, recomposição de greide e compactação do solo, visando restabelecer a conformação geométrica da estrada.

Essa solução é aplicada em trechos com deformações significativas, afundamentos ou falhas estruturais. Geralmente é ofertada pelo mercado de forma integrada à recomposição do revestimento primário, garantindo melhores condições de estabilidade e trafegabilidade das vias.

OKSO  
16  
*[Handwritten signature]*



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**  
**Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes**

**Solução 4 – Implantação e Adequação de Sistemas de Drenagem**

Consiste na execução de serviços voltados ao escoamento adequado das águas pluviais, incluindo a abertura e manutenção de valas laterais, implantação de saídas d'água, dispositivos transversais e instalação ou substituição de bueiros.

Essa solução é fundamental para prevenir processos erosivos, preservar o revestimento primário e aumentar a vida útil das estradas. Trata-se de serviço tecnicamente consolidado e amplamente disponível no mercado.

**Solução 5 – Serviços Complementares de Apoio à Infraestrutura Rural**

Compreende serviços auxiliares necessários à plena funcionalidade das estradas vicinais, tais como limpeza e roçada da faixa de domínio, desobstrução de dispositivos de drenagem existentes, transporte de materiais, sinalização provisória ou permanente e recomposição de acessos.

Esses serviços são recorrentes, padronizáveis e usualmente ofertados em conjunto com as demais soluções de recomposição e manutenção viária.

**Intervenções em Pontes na Infraestrutura Rural**

No que se refere às obras de arte especiais integrantes da malha viária rural do Município de Bela Vista/MS, especialmente pontes e estruturas de travessia, verifica-se que os problemas estruturais e funcionais podem se manifestar de formas distintas, a depender do tipo de estrutura, do estado de conservação, do volume de tráfego e da ocorrência de eventos climáticos extremos.

A planilha orçamentária que fundamenta a presente contratação foi estruturada de forma flexível e padronizada, contemplando composições que permitem o atendimento de diversos tipos de intervenções em pontes, conforme a necessidade concreta identificada pela Administração, sem a exigência de definição prévia e exata do tipo, do local ou da extensão da intervenção, característica essencial para a adoção do Sistema de Registro de Preços.

**Revestimento Primário com Terraplenagem e Drenagem**

A definição da solução técnica adotada decorreu de estudos preliminares e levantamentos específicos realizados para subsidiar a escolha da alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional.

MSU  
17  
*[Handwritten signature]*



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**  
**Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes**

O levantamento topográfico foi executado com a finalidade de estabelecer base de referência para elaboração dos estudos e projetos básicos, observando-se as recomendações constantes do Termo de Referência, bem como as Instruções de Serviço IS-204 e IS-205 do DNIT onde foi adotado como sistema geodésico de referência o SIRGAS 2000, com coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator), fuso 21.

Paralelamente, foram desenvolvidos estudos hidrológicos com o objetivo de estimar as vazões de projeto necessárias ao dimensionamento e à verificação dos dispositivos de drenagem superficial. Embora direcionado a trechos específicos, o estudo considerou a inserção regional da área de intervenção, incorporando dados climatológicos e pluviométricos históricos.

Para caracterização do regime pluviométrico, foram coletados e processados dados da estação Bela Vista (Código 2256001), pertencente à Bacia do Rio Paraguai, sob responsabilidade da Agência Nacional de Águas – ANA, abrangendo a série histórica de 1970 a 2022. A análise dessas informações permitiu avaliar os coeficientes de escoamento superficial e subsidiar a definição das soluções de drenagem compatíveis com as condições locais.

Com base nos levantamentos técnicos realizados, concluiu-se que, para os trechos objeto da contratação, a solução mais adequada consiste na execução de terraplenagem associada à recomposição do revestimento primário, mediante aplicação de camada de cascalho com espessura média de 20 cm, devidamente espalhada, nivelada e compactada, visando restabelecer a conformação geométrica da via e garantir condições adequadas de trafegabilidade.

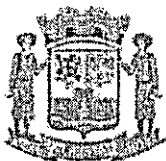
A solução contempla, ainda, a implantação e/ou adequação de dispositivos de drenagem superficial, especialmente sarjetas laterais e saídas d'água, elementos indispensáveis à preservação do revestimento primário, à mitigação de processos erosivos e ao aumento da vida útil da intervenção.

Adicionalmente, prevê-se a realização de manutenção periódica, incluindo reposição de material granular e controle de vegetação, de modo a assegurar a funcionalidade contínua da infraestrutura viária rural.

A padronização dessa solução técnica permite maior eficiência na contratação, otimização de custos, previsibilidade orçamentária e flexibilidade operacional, justificando sua adoção no âmbito do Sistema de Registro de Preços, uma vez que

OKSC  
18





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**  
**Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes**

possibilita atendimento a múltiplos trechos com características semelhantes, conforme demanda da Administração.

**Soluções Analisadas**

**Solução A – Reforma e Manutenção de Pontes de Madeira**

Execução de serviços de reforma, manutenção e reforço estrutural em pontes de madeira existentes, abrangendo substituição de pranchões, vigas, longarinas, guarda-corpos e demais componentes comprometidos, quando tecnicamente viável. Apresenta menor custo inicial, porém demanda manutenções periódicas.

**Solução B – Construção de Pontes de Concreto em Substituição às Pontes de Madeira**

Construção de novas pontes em concreto (simples ou armado), em substituição às pontes de madeira que apresentem comprometimento estrutural grave, risco à segurança ou inviabilidade técnica de reforma. Trata-se de solução com maior durabilidade, capacidade estrutural e redução de custos recorrentes de manutenção.

Entretanto, apresenta custo inicial elevado, demandando maior volume de recursos financeiros e prazo de execução mais amplo, o que, no contexto orçamentário atual do Município, torna sua adoção menos favorável de forma ampla e imediata, devendo ser avaliada pontualmente, conforme a gravidade da situação, a disponibilidade de recursos e a relação custo-benefício em cada caso concreto.

**Solução C – Licitação Convencional para Ponte Específica**

Procedimento licitatório tradicional destinado à execução de obra em ponte previamente identificada, com projeto, local e quantitativos definidos. Embora adequada em situações pontuais, restringe-se à ponte licitada, não atendendo a ocorrências supervenientes ao longo da malha viária rural.

**Solução D – Contratações por Dispensa Emergencial a Cada Ocorrência**

Contratações realizadas em caráter emergencial diante de colapsos estruturais ou eventos climáticos extremos. Apesar de juridicamente admitida em situações excepcionais, apresenta maior custo, menor competitividade e fragilidade do planejamento, devendo ser utilizada apenas de forma residual.

**Solução E – Sistema de Registro de Preços (SRP) para Intervenções em Pontes**

*Handwritten signatures and initials:*  
- Top right: "Belen"  
- Middle right: "M. 12"  
- Bottom left: "D.K.S.C."  
- Bottom right: "19" and a signature.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**  
**Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes**

Contratação integrada, por meio de Sistema de Registro de Preços, contemplando reforma de pontes de madeira e construção de pontes de concreto em substituição, com base em planilha padronizada e preços previamente registrados. Essa solução permite que, a cada ocorrência, a Administração escolha a intervenção tecnicamente mais adequada, sem necessidade de instaurar novo procedimento licitatório ou recorrer a dispensas emergenciais, assegurando agilidade, economicidade, previsibilidade e continuidade da prestação dos serviços.

Solução	Objeto / Tipo de Serviço	Tipo de Intervenção	Modelo de Contratação	Abrangência	Principais Limitações
Solução 1	Manutenção rotineira de estradas vicinais	Patrolamento e regularização superficial	Contratação pontual	Trechos com desgaste leve	Baixa durabilidade quando isolada
Solução 2	Recomposição do revestimento primário (cascalhamento)	Aplicação de material de jazida e compactação	Contratação pontual ou SRP	Trechos com desgaste acentuado	Depende de drenagem adequada
Solução 3	Terraplenagem com correção de greide	Cortes, aterros e recomposição da plataforma	Contratação pontual ou SRP	Falhas estruturais da via	Maior complexidade operacional
Solução 4	Implantação e adequação de sistemas de drenagem	Valas, bueiros e dispositivos transversais	Contratação pontual ou SRP	Trechos sujeitos a erosões	Não resolve isoladamente
Solução 5	Serviços complementares de apoio viário	Roçada, limpeza, sinalização e transporte	Contratação pontual ou SRP	Apóio às intervenções	Atuação acessória
Solução 6	Reforma e manutenção de pontes de madeira	Recuperação estrutural parcial	Contratação pontual	Pontes recuperáveis	Vida útil limitada
Solução 7	Construção de ponte de concreto (substituição)	Substituição de ponte de madeira inviável	Licitação convencional	Ponte específica	Processo demorado Maior complexidade Maior investimento financeiro
Solução 8	Dispensa emergencial para pontes	Intervenção urgente por ocorrência	Dispensa emergencial	Ocorrência isolada	Maior custo e menor competitividade
Solução 9	Cascalhamento e pontes (integrado)	Reforma de pontes de madeira e substituição por concreto,	Sistema de Registro de Preços (SRP)	Toda a malha viária rural durante a	Execução conforme demanda

*Edson*  
*OKSL* 20  
*12*



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

Solução	Objeto / Tipo de Serviço	Tipo de Intervenção	Modelo de Contratação	Abrangência	Principais Limitações
		cascalhamento, terraplenagem e drenagem		vigência da ata	

#### ➤ Escolha da Solução

Após a análise das alternativas disponíveis no mercado para atendimento das demandas de infraestrutura rural do Município de Bela Vista/MS, abrangendo tanto a recomposição do revestimento primário das estradas vicinais quanto as intervenções necessárias em pontes e demais estruturas de travessia, verifica-se que a solução mais adequada ao interesse público consiste na contratação integrada dos serviços por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), em item único.

As soluções analisadas demonstram que as intervenções em estradas rurais e pontes apresentam caráter recorrente, padronizável e de execução por demanda, com variação quanto ao local, à extensão e ao tipo de intervenção necessária, fatores que dificultam a definição prévia e exata dos quantitativos e das estruturas a serem atendidas. Além disso, a ocorrência de eventos climáticos adversos e o desgaste natural da infraestrutura viária rural impõem a necessidade de respostas rápidas e tecnicamente adequadas por parte da Administração.

A contratação por meio de licitações convencionais para trechos ou pontes específicas mostrou-se limitada, uma vez que restringe o atendimento à situação previamente identificada, não contemplando novas ocorrências surgidas ao longo do tempo. De igual modo, a utilização recorrente de dispensas emergenciais, embora juridicamente possível em situações excepcionais, revela-se mais onerosa, menos competitiva e incompatível com os princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade, além de fragilizar a previsibilidade da gestão pública.

Nesse contexto, o Sistema de Registro de Preços apresenta-se como a solução mais eficiente e adequada, pois permite:

- A contratação de serviços de recomposição do revestimento primário (cascalhamento), terraplenagem, drenagem e serviços complementares, conforme a necessidade;
- A reforma e manutenção de pontes de madeira, quando tecnicamente viável;

*Eduardo Affli*  
21



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**  
**Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes**

- O atendimento ágil a ocorrências supervenientes, sem necessidade de instauração de novos procedimentos licitatórios ou contratações emergenciais a cada evento.

O agrupamento do objeto em item único justifica-se pela natureza integrada das intervenções, pela padronização dos serviços constantes da planilha orçamentária e pela necessidade de coordenação técnica contínua, evitando fragmentação contratual, sobreposição de responsabilidades e dificuldades de gestão e fiscalização.

Dessa forma, a solução escolhida assegura maior racionalidade no planejamento, otimização dos recursos públicos, redução de custos administrativos, maior competitividade e continuidade na prestação dos serviços de infraestrutura rural, atendendo de forma eficiente às demandas do Município de Bela Vista/MS, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei nº 14.133/2021

#### **Da Modalidade**

Voltados à infraestrutura rural, tais como recomposição de revestimento primário (cascalhamento), serviços de terraplenagem, implantação e adequação de sistemas de drenagem, bem como intervenções em pontes e estruturas de travessia, opta-se pela modalidade Concorrência, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

A escolha da Concorrência mostra-se adequada em razão da complexidade operacional, da relevância técnica do objeto, do valor estimado da contratação e da necessidade de assegurar ampla competitividade, segurança jurídica e seleção da proposta mais vantajosa, especialmente em contratações estruturadas por meio do Sistema de Registro de Preços.

#### **Critério de Julgamento**

Quanto ao critério de julgamento, adota-se o **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL**, a ser aplicado de forma única, linear e uniforme sobre o valor global estimado da planilha orçamentária, elaborada com base em composições próprias e referenciais oficiais, tais como SICRO (DNIT), SINAPI e AGESUL, conforme aplicável.

O desconto ofertado incidirá igualmente sobre todos os itens da planilha, preservando a proporcionalidade entre os preços unitários, evitando distorções na execução, na medição e no pagamento dos serviços, e assegurando maior transparência e objetividade no julgamento das propostas.

*Edson H.*  
MSU 22



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**  
**Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes**

Esse critério mostra-se especialmente adequado para contratações por SRP, pois permite a padronização dos preços registrados, facilita a gestão contratual e garante isonomia entre os licitantes.

### **Regime de Execução**

O regime de execução adotado será o de empreitada por preço unitário, tendo em vista que os serviços serão executados conforme a demanda, com quantidades variáveis e sem definição prévia e exata dos trechos ou estruturas a serem atendidas.

Nesse regime, a medição e o pagamento ocorrerão com base nas quantidades efetivamente executadas, aplicando-se os preços unitários resultantes do desconto ofertado na licitação, o que assegura maior controle da execução, aderência à realidade operacional da infraestrutura rural e adequada gestão dos recursos públicos.

A presente licitação será realizada com **INVERSÃO DE FASES**, permitida no art. 17, §1º da NLLC, devendo a habilitação dos licitantes preceder a fase de apresentação de propostas e lances, em busca da melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame. A inversão de fases terá como benefícios a verificação prévia da qualificação técnica, da experiência e da qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência, na tentativa de evitar a mácula no preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da capacidade de execução do objeto.

Assim, a disputa ocorrerá após a análise da habilitação dos licitantes. A administração espera poder avaliar o acervo técnico dentro das exigências do Termo de Referência.

A inversão de fases trará benefícios para o erário, uma vez que a gestão municipal poderá avaliar com mais critérios a habilitação das empresas, com observância na sua capacitação técnica, com o objetivo de que a sessão de lances seja apenas com empresas que realmente tenham capacidade técnica compatível com o montante de serviços ora apresentados e possam atender a administração dentro das normas vigentes e cumprir todos os prazos do futuro contrato.

Não obstante, a complexidade da proposta e sua elaboração de forma coerente e exequível é fundamental para a qualidade dos serviços prestados pelos licitantes.

*Handwritten signature*  
23



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

A inversão das fases é permitida na Lei Federal nº 14.133/2021, estabelecida no seu artigo 17, § 1º da presente Lei.

**Justificativa para utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP**

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a presente contratação mostra-se técnica, econômica e juridicamente adequada, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, bem como em consonância com as orientações constantes da Nota Técnica do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBR, que reconhece a viabilidade de sua utilização em contratações de obras e serviços de engenharia quando caracterizadas pela padronização dos serviços, recorrência das demandas e execução sob demanda.

O objeto em análise compreende serviços de engenharia de infraestrutura rural, incluindo a recomposição do revestimento primário (cascalhamento), serviços de terraplenagem, implantação e adequação de sistemas de drenagem, serviços complementares e intervenções em pontes, tais como reforma de pontes de madeira. Trata-se de demandas contínuas e recorrentes, cuja necessidade pode surgir de forma imprevisível, especialmente em razão de eventos climáticos adversos, desgaste natural da infraestrutura ou situações que comprometam a segurança, a trafegabilidade e a continuidade de serviços públicos essenciais, como o transporte escolar e o escoamento da produção agropecuária.

Nessas circunstâncias, o SRP permite que a Administração disponha previamente de fornecedores habilitados e preços registrados, possibilitando a contratação de forma ágil e tempestiva, sem a necessidade de instauração de novo procedimento licitatório a cada ocorrência. Essa característica é especialmente relevante diante da inexistência de inventário definitivo de todas as estruturas e da dificuldade de previsão exata dos locais, quantitativos e momentos de execução das intervenções.

Ressalta-se que a imprecisão quanto aos quantitativos e à localização das demandas não afasta o planejamento, mas, ao contrário, justifica a adoção do SRP como instrumento de planejamento qualificado, capaz de antecipar soluções administrativas para demandas supervenientes, reduzindo riscos, atrasos e custos decorrentes de contratações emergenciais reiteradas.

Cumprе destacar que a formalização da Ata de Registro de Preços não gera, por si só, obrigação de contratação, tampouco implica comprometimento prévio de dotação orçamentária. As contratações decorrentes da Ata somente serão

*[Handwritten signatures and dates]*  
24/06/2024



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

formalizadas conforme a efetiva necessidade, mediante prévia verificação da disponibilidade orçamentária e financeira, observadas as prioridades administrativas e a compatibilidade com o orçamento vigente, nos termos da legislação aplicável.

Dessa forma, a utilização do SRP contribui diretamente para a economicidade, eficiência e racionalidade administrativa, ao evitar a fragmentação de contratações, reduzir custos administrativos, ampliar a competitividade e assegurar maior controle dos preços praticados. Além disso, possibilita resposta imediata a situações emergenciais ou críticas, sem prejuízo do equilíbrio fiscal e da responsabilidade orçamentária do Município, atendendo plenamente aos princípios do planejamento, da eficiência e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

**6- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO.**

A estimativa do valor da contratação dos serviços de Infraestrutura Rural – Recomposição de Revestimento Primário de Estradas Vicinais e Reforma de Pontes de Madeira foi elaborada com base em preços unitários referenciais e composições oficiais, tomando-se como referência as bases SICRO (DNIT) – janeiro de 2025, SINAPI – maio de 2025 e AGESUL – janeiro de 2025, conforme aplicável, consolidadas em planilha orçamentária referencial que contempla, de forma integrada, todos os serviços necessários à execução do objeto.

A planilha abrange os serviços de recomposição do revestimento primário (cascalhamento), terraplenagem, regularização de plataforma, transporte de materiais, implantação e adequação de sistemas de drenagem, serviços complementares, bem como os serviços de reforma, recuperação e manutenção estrutural de pontes de madeira, incluindo substituição e reforço de elementos estruturais, execução de assoalho, guarda-corpos, tratamento e proteção da madeira, pintura e adequação de cabeceiras, conforme tipologias padronizadas.

Os preços unitários consideram todos os custos diretos e indiretos envolvidos na execução dos serviços, incluindo mobilização, desmobilização, mão de obra, equipamentos, materiais, encargos sociais, tributos, despesas indiretas e administração local, sendo a memória de cálculo resultante da aplicação desses valores aos quantitativos estimados constantes da planilha orçamentária.

*[Handwritten signature]*  
nksc 25/6/2025



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

Link da Planilha Orçamentária:

[https://drive.google.com/drive/folders/1VWML32pHea3ggPih3u-GmX0Bq1RjTHCxCxZ?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1VWML32pHea3ggPih3u-GmX0Bq1RjTHCxCxZ?usp=drive_link)

Serão executados serviços de infraestrutura rural no Município de Bela Vista/MS, consistentes na recomposição do revestimento primário de estradas vicinais e na reforma de pontes de madeira, conforme a demanda da Administração, com custos orçados de acordo com a Planilha Orçamentária elaborada com base em sistemas oficiais de referência de preços, observadas as especificações técnicas do memorial descritivo, do Termo de Referência e dos demais documentos técnicos que integram o processo.

► BDI S/DES: 22,47 %


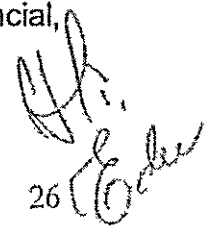
► Sistema de Referência: SICRO/DNIT, SINAPI (maio/2025) e AGESUL (janeiro/2025), SBC (maio/2025) conforme aplicável.

Valor Referencial: R\$ 5.721.252,08, correspondente ao limite máximo aceitável para a contratação, calculado com base nos sistemas oficiais de custos vigentes e em pesquisas complementares de mercado, assegurando compatibilidade com os preços praticados, bem como a observância dos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e vantajosidade para a Administração Pública.

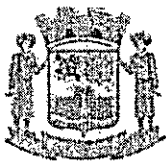
**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS A MANUTENÇÃO E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.**

A solução como um todo consiste na contratação de empresa especializada para a execução de serviços de infraestrutura rural, destinados à recomposição do revestimento primário de estradas vicinais e reforma de ponte de madeira do Município de Bela Vista/MS, visando à melhoria das condições de trafegabilidade, segurança e acessibilidade das vias rurais, fundamentais para o deslocamento da população, o transporte escolar e o escoamento da produção local.

A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, com adoção do procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços, a ser executada sob o Regime de Empreitada por Preço Unitário, considerando a natureza dos serviços e a execução conforme a demanda da Administração. A execução observará as especificações técnicas, planilha orçamentária referencial,

  
26 





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**  
**Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes**

memoriais descritivos e demais requisitos constantes do Termo de Referência e documentos técnicos que integram o processo licitatório.

### **7.1 Exigências Relacionadas a Garantia Pós-Entrega**

Para os serviços de recomposição de revestimento primário de estradas vicinais, não será exigida garantia pós-entrega, tendo em vista que tais serviços estão sujeitos a desgaste natural decorrente do tráfego, das condições climáticas e do uso contínuo, não sendo tecnicamente viável a fixação de prazo de garantia de durabilidade.

Para os serviços de reforma e recuperação de pontes de madeira, poderá ser exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de assegurar a correção de eventuais vícios ou falhas de execução identificados após o recebimento, não se confundindo com garantia de vida útil da estrutura.

A conformidade dos serviços será verificada durante a execução e no recebimento, mediante fiscalização técnica da Administração, devendo eventuais não conformidades ser corrigidas pela contratada, sem ônus adicional, como condição para o aceite definitivo.

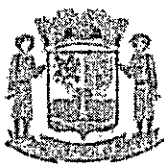
### **7.2 Da Justificativa da Habilitação técnica e econômico-financeira**

As exigências de habilitação técnica e econômico-financeira previstas para esta contratação mostram-se necessárias, proporcionais e adequadas à natureza do objeto, que envolve a execução de serviços de engenharia de infraestrutura rural, compreendendo a recomposição de revestimento primário de estradas vicinais e a reforma de pontes de madeira, a serem executados conforme a demanda da Administração.

A comprovação da capacidade técnica da licitante tem por finalidade assegurar que a empresa detenha experiência prévia compatível com o objeto, bem como estrutura operacional adequada, equipamentos, mão de obra qualificada e responsável técnico legalmente habilitado, aptos a garantir a execução dos serviços com qualidade, segurança e estabilidade estrutural, em estrita observância às especificações técnicas. Busca-se, assim, mitigar riscos de inexecução, atrasos ou falhas construtivas, especialmente em intervenções estruturais envolvendo as pontes de madeira.

*[Handwritten signature]*  
27

*[Handwritten signature]*  
27



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

Por sua vez, a exigência de qualificação econômico-financeira visa demonstrar a capacidade da licitante de suportar os encargos decorrentes da execução contratual, assegurando equilíbrio econômico-financeiro, continuidade dos serviços e mitigação de riscos de paralisação, sobretudo considerando que a contratação ocorrerá por meio do Sistema de Registro de Preços, com execuções parceladas, quantitativos variáveis e pagamentos vinculados às medições efetivamente realizadas.

As exigências de habilitação serão fixadas em estrita conformidade com os Arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021, observando-se os princípios da isonomia, competitividade, razoabilidade e proporcionalidade, restringindo-se ao estritamente necessário para garantir a adequada execução do objeto, sem impor barreiras indevidas à participação de potenciais interessados.

Os atestados de capacidade técnica se justificam pela especialidade no projeto na área da engenharia, desta forma, cabe a empresa comprovar sua capacidade de execução destes tipos de serviço, com diversas peculiaridades das normas técnicas aplicáveis nesta área.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade exigida	Relevância Financeira
1	CONSTRUÇÃO DE VIGAMENTO SIMPES (INCLUSIVE SUB VIGAS) – MATERIAL E MÃO DE OBRA	JGXM	50,00	7,09%
2	CONSTRUÇÃO DE VIGAMENTO ARMADO (INCLUSIVE CARRAPTO)	JGXM	30,00	7,86%
3	CONSTRUÇÃO DE ASSOALHO – MATERIAL E MÃO DE OBRA	M	150,00	7,70%
4	COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% DO PROCTOR INTERMEDIÁRIO	M³	24.500,00	9,15%
Apesar de não representar 4% ou mais do orçamento, o item abaixo foi incluído como relevante devido à sua importância técnica. Embora o valor individual não ultrapasse esse percentual, a quantidade expressiva desse item e a complexidade de sua execução torna fundamental a experiência prévia na realização desse volume de serviço, garantindo a qualidade e a segurança. Sendo necessário a apresentação de atestado de capacidade técnica conforme previsto na Lei 14.133/21 Artigo 6º, Inciso XLIV e Artigo 67, §1º.				
5	EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO COM MATERIAL DE JAZIDA	M³	7.350,00	3,86%

OKSO  
28



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

**Justificativa Técnica – Item: Execução de Revestimento Primário com Material de Jazida (3,86%)**

Embora o referido item represente 3,86% do valor total estimado da contratação, percentual inferior ao parâmetro de 4% previsto no art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021 para caracterização automática de parcela de maior relevância, sua inclusão entre as exigências de qualificação técnica fundamenta-se em sua expressiva relevância técnica e funcional para o objeto.

A execução de revestimento primário com material de jazida envolve volume significativo (7.350 m³), demandando adequada seleção, extração, transporte, espalhamento, umedecimento, conformação geométrica e compactação controlada do material. Trata-se de etapa estrutural essencial para garantir estabilidade, capacidade de suporte, durabilidade e segurança da obra.

Eventual execução inadequada desse serviço pode comprometer camadas subsequentes, gerar patologias precoces, aumentar custos de manutenção e impactar diretamente a vida útil do empreendimento. Além disso, o controle tecnológico exigido, a logística operacional e o gerenciamento de frentes de serviço tornam indispensável experiência prévia comprovada em execução de volume compatível.

Constará em campo específico no Termo de Referência a listagem com a Habilitação Técnica e Econômica Financeira.

### **7.3 Consórcio**

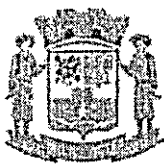
Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, pelas seguintes razões:

- Por possuir baixa complexidade e estar fora dos valores preceituados pela legislação como grande vulto, a admissão de consórcio atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

### **7.4 AUSÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS NO PNCP.**

Nos termos do Decreto Municipal nº 1.163, de 26 de abril de 2023, que regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Bela

*[Handwritten signatures and initials]*  
GKSU  
29/06/23



ESTADO DE MATO-GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

Vista/MS (<https://www.belavista.ms.gov.br/nova-lei-de-licitacoes-nll>), com base no Art.8, §2º, c/c Art.10, do referido Decreto Municipal, a realização do procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, constitui faculdade da Administração, podendo ser dispensada mediante decisão motivada, observados os princípios da eficiência, do planejamento e do interesse público.

No presente caso, o Sistema de Registro de Preços tem por finalidade atender prioritariamente às necessidades da Administração Municipal de Bela Vista/MS, relacionadas à manutenção de estradas rurais (recomposição de revestimento primário) e à reforma de pontes, cujas demandas apresentam caráter variável, sazonal e dependente de fatores externos, tais como condições climáticas, identificação técnica dos trechos críticos e disponibilidade orçamentária.

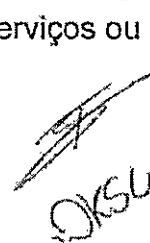
Embora a futura Ata de Registro de Preços, possa admitir a possibilidade de adesões por outros órgãos ou entidades, nos termos do Decreto Municipal nº 1.163/2023, a Administração Municipal opta, por razões de planejamento e gestão, por não promover a divulgação prévia da Intenção de Registro de Preços no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, considerando que:

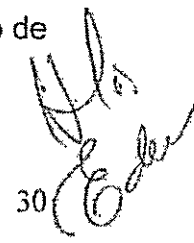
Dessa forma, com fundamento no art. 9º, §2º, e no art. 10 do Decreto Municipal nº 1.163/2023, resta justificada a dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços no PNCP.

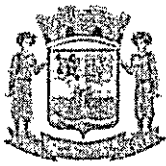
Ressalta-se que a presente decisão não compromete a transparência, a competitividade ou a economicidade da contratação, uma vez que o procedimento licitatório será regularmente divulgado, com ampla publicidade do edital e observância integral dos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### 8- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto constitui regra geral, devendo ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Contudo, a própria norma condiciona sua aplicação à demonstração concreta de ganho de competitividade e eficiência, sendo legítima sua não adoção quando evidenciada a interdependência técnica dos serviços ou risco de prejuízo à execução contratual.

  
DKSU

  
30



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

No presente caso, a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, sob regime de empreitada por preço unitário, com critério de julgamento pelo maior desconto percentual linear incidente sobre a planilha orçamentária referencial, contemplando execução conforme demanda, em múltiplos trechos da malha viária rural do Município de Bela Vista/MS.

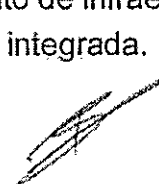
O objeto compreende serviços de engenharia de infraestrutura rural que, embora passíveis de identificação individual (revestimento primário, terraplenagem, drenagem e pontes de madeira), apresentam elevada integração técnica, operacional e funcional, constituindo, na prática, um único sistema de mobilidade rural. A adequada trafegabilidade depende da atuação coordenada desses elementos, sendo que:

- a recomposição do revestimento primário exige prévia regularização geométrica e, quando necessário, correção de greide por meio de terraplenagem;
- a durabilidade do cascalhamento está diretamente condicionada à implantação ou adequação de sistemas de drenagem superficial;
- a funcionalidade dos trechos de estrada está estruturalmente vinculada à estabilidade e segurança das pontes de madeira existentes;
- a interrupção de qualquer desses componentes compromete a eficiência do conjunto.

Sob o aspecto técnico-operacional, os serviços compartilham métodos executivos, mobilização de equipamentos pesados, estrutura administrativa local, logística de transporte de materiais e responsabilidade técnica unificada. A fragmentação em múltiplos lotes implicaria duplicidade de mobilização, sobreposição de frentes de trabalho, maior complexidade de coordenação e risco de incompatibilidades executivas, especialmente nos pontos de interface entre terraplenagem, drenagem e estruturas de travessia.

Do ponto de vista econômico, a execução integrada proporciona economia de escala e racionalização de custos indiretos, tais como administração local, transporte de insumos, mobilização e desmobilização de equipamentos e equipe técnica.

O eventual parcelamento poderia reduzir a eficiência global da contratação, elevando custos administrativos e operacionais, sem garantir aumento efetivo de competitividade, considerando que empresas atuantes no segmento de infraestrutura rural normalmente executam o conjunto desses serviços de forma integrada.

  
31/05/2011



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

Ressalte-se, ainda, que a adoção do Sistema de Registro de Preços já assegura flexibilidade e adequação à demanda variável da Administração, permitindo contratações graduais, por trechos específicos e conforme necessidade superveniente, sem obrigatoriedade de execução integral das estimativas.

Assim, o SRP atende à finalidade prática que o parcelamento busca alcançar — adaptação à demanda e racionalização do gasto público — sem comprometer a unidade técnica do objeto.

Acrescente-se que a contratação integrada favorece maior clareza na responsabilização técnica, simplificação da fiscalização contratual, mitigação de riscos de conflitos entre contratados e melhor controle da qualidade final dos serviços, contribuindo para a segurança jurídica e para a boa governança administrativa.

Dessa forma, com fundamento técnico e econômico devidamente demonstrado, conclui-se que o parcelamento do objeto em múltiplos lotes não se revela vantajoso nem recomendável, podendo gerar fragmentação da execução, perda de eficiência sistêmica e aumento de riscos operacionais.

A contratação integrada dos serviços de estradas vicinais e pontes de madeira, no âmbito do Sistema de Registro de Preços, mostra-se plenamente justificada e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, proporcionalidade e interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

## 9- RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

### 9.1. Efetividade da Contratação

- Melhoria das condições de trafegabilidade e conectividade da malha viária rural, por meio da recomposição do revestimento primário das estradas vicinais e da reforma e recuperação de pontes de madeira, garantindo acesso seguro e contínuo à zona rural ao longo de todo o ano;

OKSC  
32



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**  
**Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes**

- Redução de interrupções no tráfego em períodos chuvosos, especialmente em pontos críticos de travessia, bem como mitigação de problemas relacionados à poeira durante a estiagem;
- Aumento da segurança viária e estrutural para os usuários das estradas rurais e das pontes, incluindo produtores rurais, moradores, transporte escolar, veículos de serviços públicos e de emergência;
- Maior eficiência na execução dos serviços, com atendimento conforme a demanda da Administração, por meio do Sistema de Registro de Preços, possibilitando intervenções rápidas em trechos e estruturas prioritárias;
- Padronização dos serviços de recomposição de revestimento primário e de intervenção em pontes de madeira, facilitando a fiscalização, a medição, o controle da execução e o acompanhamento técnico pela Administração;
- Otimização da aplicação dos recursos públicos, em razão do julgamento pelo maior desconto percentual e da adoção do regime de empreitada por preço unitário, assegurando pagamento somente pelos serviços efetivamente executados.

## **9.2 Desenvolvimento Nacional Sustentável**

- Contribuição para o desenvolvimento econômico local e regional, ao facilitar o escoamento da produção agropecuária e assegurar a continuidade logística por meio da manutenção das estradas vicinais e da funcionalidade estrutural das pontes de madeira;
- Apoio à manutenção das atividades produtivas rurais, promovendo a permanência das famílias no campo e reduzindo o isolamento de comunidades rurais;
- Redução de impactos ambientais negativos, por meio da execução adequada de recuperação de estruturas e vias, minimizando processos erosivos, assoreamento e degradação de cursos d'água;
- Estímulo à contratação de empresas legalmente constituídas, com observância das normas trabalhistas, ambientais, de segurança do trabalho e das boas práticas de engenharia;
- Uso racional de materiais e recursos públicos, com a execução dos serviços conforme a necessidade efetiva, evitando desperdícios e intervenções desnecessárias;
- Promoção da integração entre áreas rurais e urbanas, assegurando o acesso contínuo e seguro a serviços públicos essenciais, como saúde, educação, assistência social e transporte escolar.

*[Handwritten signatures and initials]*  
MSU 33



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

**10 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO A CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA A FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:**

Antes da celebração do contrato ou da formalização da Ata de Registro de Preços, deverão ser adotadas as seguintes providências pela Administração:

- Designação formal do gestor e do(s) fiscal(is) do contrato, com definição clara de atribuições, responsabilidades e fluxo de comunicação;
- Estabelecimento do fluxo para emissão de Ordens de Serviço, considerando a execução conforme a demanda e a inexistência de trechos previamente definidos;
- Organização de registros fotográficos, relatórios de vistoria e medições, como subsídios ao recebimento dos serviços e ao pagamento;
- Alinhamento interno quanto à priorização dos trechos rurais e das pontes de madeira a serem atendidos, observando critérios técnicos, operacionais, de segurança, de trafegabilidade e de interesse público;
- Verificação da disponibilidade de dotação orçamentária e financeira para as futuras contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, conforme a necessidade de execução dos serviços.

**11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

No caso em apreço, não se vislumbram contratações correlatas e/ou interdependentes para a solução ser contratada e o serviço ser plenamente prestado.

**12 - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUIDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL**

Os possíveis impactos ambientais encontram-se em anexo.

Handwritten signatures and initials: "AKSC" and "34" with a signature.


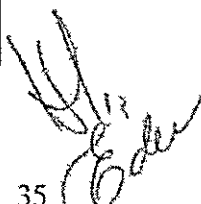




ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

13- GERENCIAMENTO DE RISCO

<b><u>RISCO 1</u></b>	<b><u>Falha no Planejamento da Contratação com planilha incompleta.</u></b>
ETAPA	( x ) Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( ) Execução do Contrato
Probabilidade	( ) Muito baixo ( X ) baixo ( ) médio ( ) alto ( ) muito alto
Impacto	( ) Muito baixo ( ) baixo ( X ) médio ( ) alto ( ) muito alto
Medida (s)	Utilização de planilha orçamentária baseada em sistemas oficiais de referência (SICRO/DNIT, AGESUL, SINAPI e SBC );  Revisão técnica prévia da planilha por equipe responsável pela área de engenharia/infraestrutura;  Padronização dos itens, permitindo sua utilização em diferentes trechos da malha viária rural;  Compatibilização da planilha com o regime de empreitada por preço unitário e execução conforme a demanda.
Responsável	Equipe Técnica de Engenharia.
<b><u>RISCO 2</u></b>	<b><u>Falha na seleção de fornecedores</u></b>
ETAPA	( ) Planejamento ( x ) Seleção do fornecedor ( ) Execução do Contrato
Probabilidade	( ) Muito baixo ( X ) baixo ( ) médio ( ) alto ( ) muito alto
Impacto	( ) Muito baixo ( X ) baixo ( ) médio

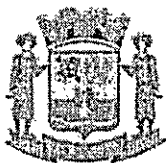
   
35



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

	( ) alto ( ) muito alto
Medida (s)	Verificar com exatidão a qualificação técnica apresentada durante a sessão de julgamento
Responsável	Equipe da Licitação e Setor de Engenharia
<b>RISCO 3</b>	<b><u>Falha ou atraso na execução dos serviços</u></b> - Ocorrência de falhas técnicas ou atrasos na execução dos serviços de recomposição de revestimento primário, decorrentes de deficiência operacional da contratada, indisponibilidade de equipamentos ou mão de obra, condições climáticas adversas ou inadequado planejamento da execução.
ETAPA	( ) Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( X ) Execução do Contrato
Probabilidade	( ) Muito baixo ( ) baixo ( x ) médio ( ) alto ( ) muito alto
Impacto	( ) Muito baixo ( ) baixo ( ) médio ( x ) alto ( ) muito alto
Medida (s)	Exigência de capacidade técnica compatível com o objeto, comprovada na fase de habilitação;  Execução dos serviços mediante ordens de serviço, conforme a demanda e as condições operacionais;  Fiscalização contínua pela Administração, com registros de execução e medições periódicas;  Previsão contratual de penalidades em caso de atraso ou inexecução injustificada;  Flexibilização do cronograma em situações excepcionais, como eventos climáticos, devidamente justificados.
Responsável	Gestor e fiscal do contrato – Setor de Engenharia

*[Handwritten signatures and initials]*



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

<b>RISCO 4</b>	Execução dos serviços de recomposição de revestimento primário em desacordo com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência, memorial descritivo e planilha orçamentária, tais como inadequadas regularizações da via, espessura insuficiente do material, falhas na compactação ou deficiência na execução dos dispositivos de drenagem.
ETAPA	( ) Planejamento ( ) Seleção do fornecedor  ( X ) Execução do Contrato
Probabilidade	( ) Muito baixo ( x ) baixo ( ) médio  ( ) alto ( ) muito alto
Impacto	( ) Muito baixo ( ) baixo ( ) médio  ( ) alto ( x ) muito alto
Medida (s)	Fiscalização técnica permanente durante a execução dos serviços;  Adoção de critérios objetivos de medição e recebimento, compatíveis com a empreitada por preço unitário;  Registro fotográfico e relatórios de vistoria para comprovação da conformidade dos serviços;  Exigência de correção imediata de eventuais não conformidades, sem ônus adicional para a Administração;  Aplicação de penalidades contratuais em caso de reincidência ou descumprimento das especificações.
Responsável	Gestor e fiscal do contrato – Setor de Engenharia
<b>RISCO 5</b>	Ocorrência de falhas na execução dos serviços de reforma e recuperação de pontes de madeira, decorrentes de diagnóstico inadequado do estado estrutural, emprego de materiais incompatíveis com as especificações técnicas, execução em desacordo com o projeto ou com as boas práticas de engenharia, ou ainda de interferências climáticas durante a obra.

*[Handwritten signatures and initials]*



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

ETAPA	( ) Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( X ) Execução do Contrato
Probabilidade	( ) Muito baixo ( x ) baixo ( ) médio ( ) alto ( ) muito alto
Impacto	( ) Muito baixo ( ) baixo ( ) médio ( ) alto ( x ) muito alto
Medida (s)	Exigência de responsável técnico legalmente habilitado para os serviços;  Fiscalização técnica contínua durante a execução, com registros fotográficos e relatórios de vistoria;  Verificação da conformidade dos materiais empregados, especialmente quanto ao tipo, tratamento e dimensões da madeira;  Execução dos serviços conforme projeto, memorial descritivo e especificações técnicas;  Programação dos serviços de pontes considerando condições climáticas mais favoráveis;  Previsão de correção imediata de não conformidades pela contratada, como condição para o aceite dos serviços.
Responsável	Gestor e fiscal do contrato – Setor de Engenharia

WKS  
H. P.  
E. P.  
38



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

MAPA DE RISCO

I M P A C T O	P R O B A B I L I D A D E					
		MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO
	MUITO ALTO		4, 5			
	ALTO			3		
	MÉDIO		1			
	BAIXO		2			
	MUITO BAIXO					

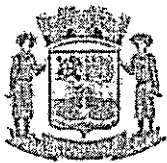
14 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

Diante das análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a solução proposta se mostra adequada, necessária e tecnicamente viável para atender à demanda de infraestrutura rural do Município de Bela Vista/MS, abrangendo a recomposição do revestimento primário das estradas vicinais e a reforma e recuperação de pontes de madeira, contribuindo de forma direta para a melhoria das condições de trafegabilidade, segurança, acessibilidade e conectividade da malha viária rural.

A adoção do Sistema de Registro de Preços, com execução conforme a demanda, sob o Regime de Empreitada por Preço Unitário, aliada à realização do certame na modalidade Concorrência Eletrônica, com critério de julgamento pelo maior desconto percentual, revela-se plenamente compatível com a natureza do objeto, assegurando flexibilidade operacional, padronização dos serviços, controle da execução e otimização da aplicação dos recursos públicos.

O modelo de contratação definido atende aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento, competitividade, segurança da execução e desenvolvimento nacional sustentável, previstos na Lei nº 14.133/2021, além de mitigar riscos administrativos, técnicos e operacionais, permitindo que os serviços sejam

*[Handwritten signature and initials]*  
OKSV 30/6/2021



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes

executados de forma integrada, padronizada e estritamente conforme as necessidades efetivas da Administração.

Dessa forma, considera-se a contratação plenamente adequada, recomendável e alinhada ao interesse público, estando o processo apto ao prosseguimento das demais fases da contratação, nos termos da legislação vigente.


Bela Vista/MS, 20 de fevereiro de 2026.

O presente estudo técnico preliminar foi elaborado pela seguinte equipe de planejamento da contratação:

Elaborado por:

1. Nome: Eder Silva Neto  
Cargo: Gerente de Obras e Infraestrutura  
Matrícula: 9164

2. Nome: Dalisa Keity Silva Cardoso  
Cargo: Coordenadora de Divisão de Compras, Patrimônio e Almoxarifado  
Matrícula: 6535

- 
3. Nome: Tharso Mosqueira de Negreiros Szabo  
Cargo: Coordenador de Divisão de Recursos Humanos  
Matrícula: 9706

Aprovado por:

ELVINO RAMIRES  
Secretário Municipal De Obras, Infraestrutura e Transporte

# **EQUIPE DE PLANEJAMENTO**



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
MUNICÍPIO DE BELA VISTA  
Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 071/2026 – EXECUTIVO MUNICIPAL

“Nomeia Equipe de Planejamento  
de Contratação Pública do Município  
de Bela Vista – MS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Nomear equipe de planejamento da contratação pública, com as competências necessárias à completa execução das etapas de planejamento, o qual inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros.

Art. 2º - A equipe mencionada no art. 1º, deverá elaborar o planejamento do seguinte objeto: Análise da viabilidade técnica e econômica para atendimento das demandas de infraestrutura rural, compreendendo a manutenção de estradas vicinais e reforma de pontes, no Município de Bela Vista/MS.

Rua Santo Afonso, 660 – Centro  
CEP: 79260-000 – Bela Vista – MS  
E-mail: gabinete@belavista.ms.gov.br



Diário Oficial do Município de Bela Vista / MS

<https://www.belavista.ms.gov.br/diario-oficial/130705/15> – Sexta-feira, 13 de Fevereiro de 2026 – Edição 2838





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
MUNICÍPIO DE BELA VISTA  
Gabinete do Prefeito

Art. 3º - Deverá ser apresentado, ao final dos trabalhos, o Estudo Técnico Preliminar e Gerenciamento de Risco e o Termo de Referência ou Projeto Básico.

Art. 4º - Constituirão a Equipe de Planejamento da contratação pública, cujo objeto está descrito no art. 2º, os servidores abaixo nominados:

Servidor	Matrícula	Secretaria
Dalisa Keity Silva Cardozo	6535	Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transporte
Eder Silva Neto	9146	Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transporte
Tharso Mosqueira de Negreiros Szabo	9706	Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transporte

Art. 5º - Os integrantes da equipe de Planejamento da Contratação devem ter ciência expressa desta indicação.

Art. 6º - A equipe deverá atuar de acordo com o Decreto Municipal nº 10.133/2023.

Rua Santo Afonso, 660 – Centro  
CEP: 79260-000 – Bela Vista – MS  
E-mail: gabinete@belavista.ms.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
MUNICÍPIO DE BELA VISTA  
Gabinete do Prefeito

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista, 13 de fevereiro de 2026.

Gerardo Gabriel Nunes Boccia  
Prefeito Municipal

Rua Santo Afonso, 660 – Centro  
CEP: 79260-000 – Bela Vista – MS  
E-mail: gabinete@belavista.ms.gov.br



Diário Oficial do Município de Bela Vista / MS

<https://www.belavista.ms.gov.br/diario-oficial/130705/17> – Sexta-feira, 13 de Fevereiro de 2026 - Edição 2858

# **MEMORIAL DESCRITIVO**



PREFEITURA DE  
**Bela Vista**

# **MEMORIAL DESCRITIVO**

**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO NAS ESTRADAS RURAIS E REFORMA  
DE PONTES DE MADEIRA – BELA VISTA/MS**

**BELA VISTA/MS**

**2026**



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	3
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PROJETO.....	3
LOCALIZAÇÃO.....	3
SERVIÇOS PRELIMINARES .....	4
PONTE DE MADEIRA .....	4
1. INFRAESTRUTURA .....	5
2. ESTRUTURA.....	5
3. SUPERESTRUTURA.....	5
3.4 GUIA DE RODAS.....	6
3.5 CAIXÃO DE ATERRO .....	6



PREFEITURA DE  
**Bela Vista**

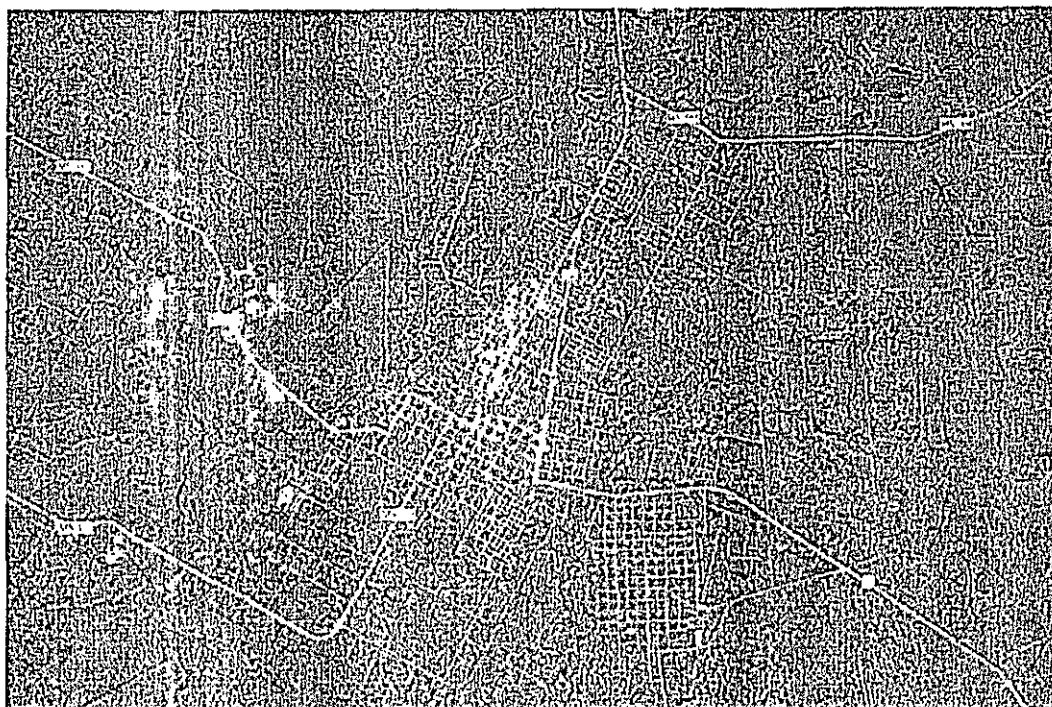
## INTRODUÇÃO

Este memorial tem por finalidade levantar a viabilidade da contratação de pessoa jurídica especializada visando à prestação de serviço execução de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO NAS ESTRADAS RURAIS E REFORMA DE VÁRIAS PONTES DE MADEIRA no Município de Bela Vista – MS. Este projeto visa a construção de diversas pontes de madeira no município, permitindo o escoamento da produção rural.

## CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PROJETO

### LOCALIZAÇÃO

Bela Vista – MS





## SERVIÇOS PRELIMINARES

Inicialmente será LOCADO banheiro químico, a fim de garantir maior qualidade do trabalhador.

## PONTE DE MADEIRA

As peças que não satisfizerem as exigências do projeto, seja pela bitola ou pelas características físicas e mecânicas, deverão ser recusadas e substituídas, a juízo da fiscalização, deve-se evitar a utilização de madeira verde na execução da ponte. Cuidados especiais deverão ser tomados quanto à utilização de parafusos para solidarização das peças e dos espaçamentos adotados, de modo a serem compatíveis com as tensões admissíveis. Na solidarização das peças pelo uso de pregos deverão ser verificados o tipo, o espaçamento e a quantidade de pregos a serem utilizados. Ao ser instalado o escoramento, a operação de descimbramento deverá ser feita simultânea e simetricamente, para evitar inversão de esforços e riscos de fissuração das peças.

Os tabuleiros são executados com peças de madeira serradas (pranchas), dispostas na direção perpendicular às longarinas.

O tabuleiro será composto por justaposição de pranchões e rodelos fixados por meio de parafusos. Nas longarinas de extremidades serão fixadas vigas que desempenharão a função de defensas. Serão executados também paralelamente aos rodelos em seus bordos externo os guias de rodas.

As dimensões das peças de madeira utilizadas na superestrutura serão de acordo com o quadro abaixo e plantas em anexo:

As ferragens utilizadas para a fixação das peças na mesoestrutura serão do tipo parafuso com diâmetro = 5/8". O contraventamento nas pontes em madeira também será com parafuso de diâmetro = 5/8". Para a superestrutura serão utilizados parafusos com diâmetros diversos, o guarda-corpo nas pontes de madeira será consolidado através de braçadeiras metálicas. Maiores informações serão apresentadas nos detalhes do projeto da ponte.



## 1. INFRAESTRUTURA

1.1 - Será executada em estacas de madeira, com seção transversal com comprimento em concordância com o já existente. As espécies botânicas permitidas são as seguintes: Aroeira, Quebracho, Ipê, Angico Preto, Cambararu-Ferro, Garapa e Itailiba.

1.2 - Estacas de Madeira - Serão constituídos de bate estacas mecânico, com pesos entre de 0,8 a 1,2 toneladas e altura de queda de 1,5 metros. A cabeça das estacas deve ser provida de capote protetor para impedir o esmagamento da cabeça das mesmas durante a operação de cravação. A condição de paralização da cravação (nega) deve ser dada pelo avanço  $\leq 2,00$  m para os últimos golpes.

## 2. ESTRUTURA

2.1 - Vigamento Simples e Armado - As espécies botânicas permitidas são as seguintes: Aroeira, Quebracho, Ipê, Favelro, Angico Preto, Cambararu-Ferro, Garapa.

2.1.1 - Será executada em longarinas (vigas) de madeira, com seção transversal (25 x 30)cm, para vãos até 6,00m. 2.1.2 - As sub-vigas deverão ter as mesmas seções transversais das longarinas. As sub-vigas de cabeceiras deverão ter comprimento de 1,50m e as sub-vigas centrais deverão ter comprimento de 3,00 m

2.1.2 - As sub-vigas deverão ter as mesmas seções transversais das longarinas. As sub-vigas de cabeceiras deverão ter comprimento de 1,50m e as sub-vigas centrais deverão ter comprimento de 3,00 m.

## 3. SUPERESTRUTURA

3.1 - A superestrutura é constituída por: assoalho, rodeiro, guia de rodas, guarda corpo e caixão de alerço.

3.2 - Assoalho o assoalho serão constituídos de pranchas com 16cm de largura, 7cm de espessura e comprimento de mínimo de 4,60m serão fixadas nas longarinas através de pregos (25 x 72)cm. O espaçamento entre as tabuas não deverá ultrapassar de 4 cm.

3.3 - Rodeio: Os rodeios serão construídos de pranchas com dimensões de 30 cm de largura, 6 cm de espessura e comprimento acima de 3,00 m. As pranchas que constituem os rodeios deverão ser assentadas lado a lado de modo a configurar uma largura total de 90cm. As pranchas serão fixadas no assoalho através de pregos 24 x 60 e grampos de 1,20 m de comprimento a cada 2,0 m Para fixar os grampos no rodeio, deverá ser feito um sulco para protegê-los do impacto dos pneus.





### 3.4 GUIA DE RODAS

A guia de rodas terá dimensões de (15 x 15)cm e comprimento acima de 3,00m e, serão fixadas nas pranchas de assoalho através de parafusos 3/8" com 25cm de comprimento.

### 3.5 CAIXÃO DE ATERRO

As abas do caixão de aterro, deverão conter pranchas nas mesmas dimensões de assoalho com 16cm de largura, 6cm de espessura e 4,50 m de comprimento. Serão cravados até obter nos esteios para fixação das abas nas dimensões de (20 x 20)cm nas cabeceiras e (25 x 30)cm no meio e nas extremidades. Os esteios das extremidades das abas deverão ser ligados através de tirantes (vergalhão) de aço CA-50, diâmetro 1/2". A inclinação mínima das abas laterais do caixão de aterro, em relação ao eixo da ponte, deverá ser de 45°. Pintura: 3.6 - O guarda corpo deverá ser pintado com uma proteção de cal em duas demãos. Todo o restante da ponte deveria ser pintado com asfalto diluído cura média CM-30 em duas demãos.

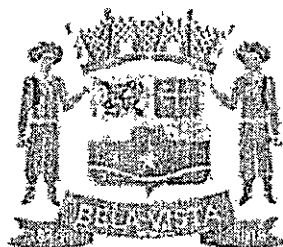
Bela Vista, MS, 23 de janeiro de 2026

FÁBIO  
MARQUES  
RIBEIRO

Assinado de forma digital  
por FÁBIO MARQUES  
RIBEIRO  
Dados: 2026.01.23  
16:52:48 -04'00'

---

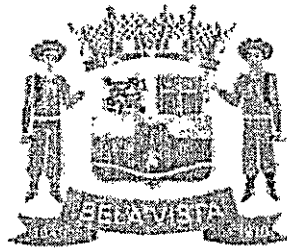
Eng. Fábio Marques Ribeiro  
CREA-N° 15.276/MS

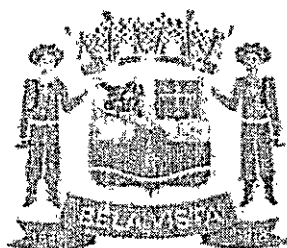


**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA/MS**

**MEMORIAL DESCRITIVO - RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE  
ESTRADA VICINAL NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA/MS**

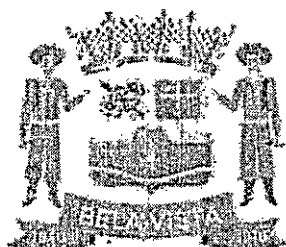
**BELA VISTA/MS  
JANEIRO - 2026**





## Sumário

1	DEFINIÇÃO DO OBJETO .....	Erro! Indicador não definido.
1.1	DESCRIÇÃO DO OBJETO.....	4
2	FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO .....	Erro! Indicador não definido.
2.1	LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES.....	4
2.2	NORMAS E MANUAIS APLICÁVEIS .....	6
2.3	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS .....	6



## **1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PROJETO**

### **1.1 DESCRIÇÃO DO OBJETO**

O projeto de manutenção e conservação das estradas vicinais tem como objetivo assegurar condições seguras e transitáveis para o tráfego rural, beneficiando o transporte de produtos agropecuários e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da população rural. A execução dos serviços inclui terraplenagem com revestimento de cascalho, compactação e construção de bueiros, formando uma infraestrutura essencial para a mobilidade e segurança no campo.

O melhoramento de estradas de acesso tem como objetivo dotar as regiões beneficiadas de acessos eficientes, de modo que elas se integrem às malhas rodoviárias do Estado e Município, sendo estas experiências já realizadas bem-sucedidas de programas que atendem comunidades carentes, contribuindo, portanto, para o desenvolvimento socioeconômico da Região.

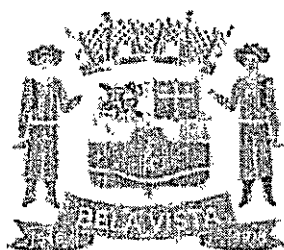
A execução desta obra decorre da necessidade urgente de implantação da infraestrutura básica no trecho, considerando que, até o momento, pouco foi feito nesse sentido. O objetivo é fortalecer a estrutura e a organização desses povoados, assegurando às famílias de agricultores os benefícios socioeconômicos essenciais para a permanência no campo.

O Melhoramento desta estrada é uma necessidade das comunidades ocupantes das áreas, já que tem como objetivo dotar a região beneficiada de um tráfego eficiente, de modo que ela se integre às malhas municipais, estaduais e federais existentes na proximidade e, com isso contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região.

### **1.2 LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES**

O Levantamento Topográfico foi executado com a finalidade de estabelecer uma base de referência para a realização dos estudos e projetos básicos, sendo adotado as recomendações do Termo de Referência e as instruções de serviço IS-204 e 205 do DNIT.

**Execução do Estudo – Coleta:** Os estudos topográficos iniciaram-se logo após a expedição da Ordem de Início dos Serviços, através da Modelagem digital do terreno. O sistema geodésico de referência adotado é o SIRGAS 2000 para coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator) no fuso 21. O estudo hidrológico, por mais que se direcione para uma área reduzida, permite e possibilita a visão e o conhecimento de uma



região ampla, a qual pertence este projeto.

Os estudos hidrológicos tiveram por objetivo o cálculo das vazões que serviram de base para checagem/dimensionamento das obras de dispositivos de drenagem superficial, que se fazem necessários ao bom funcionamento do trecho.

Neste caso, portanto, existem elementos específicos, que dizem respeito à área do projeto e outros que definem um espaço mais amplo, como por exemplo, os dados climatológicos e pluviométricos.

**Coleta e análise de dados existentes:** As características físicas da região, cujo estudo possibilitará a avaliação dos coeficientes de escoamento superficial das áreas adjacentes à rodovia projetada e garantirá subsídio para elaboração do plano de execução da obra, são abordadas nos tópicos apresentados a seguir.

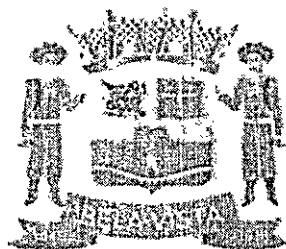
**Dados da estação pluviométrica:** Para caracterização do regime pluviométrico foram coletados e processados dados de chuva relativa à estação Bela Vista, coletados no site da ANA (Agência Nacional de Águas) no período de 1970 a 2022.

- Código: 2256001;
- Nome: Bela Vista;
- Bacia: Rio Paraguai;
- Estado: Mato Grosso do Sul;
- Município: Bela Vista;
- Responsável: ANA (Agência Nacional de Águas);
- Latitude: 22° 06' 32";
- Longitude: 56° 31' 35".

Diante dos estudos e levantamentos realizados para este determinado projeto, a solução adotada é:

**Terraplenagem com revestimento primário:** A estrada receberá uma camada de cascalho com espessura de 20 cm. Esse revestimento é nivelado para eliminar ondulações e buracos, proporcionando uma superfície regular que facilite o tráfego. Após o nivelamento, uma compactação é realizada para aumentar a resistência e durabilidade da estrada.

A sarjeta é um elemento essencial na drenagem das estradas vicinais, pois auxilia na captação e direcionamento das águas pluviais. Esses sistemas de drenagem ajudam a prolongar a vida útil do revestimento de cascalho.



Manutenção contínua: Para que as estradas permaneçam em boas condições, haverá manutenção periódica que incluirá reposição de cascalho e controle de vegetação e detritos nas margens, melhorando a circulação e segurança.

### 1.3 NORMAS E MANUAIS APLICÁVEIS

- DNIT 007/2003 - ES: Terraplenagem – Execução;
- DNIT 103/2009 - ES - Drenagem superficial;
- DNIT Manual de drenagem de rodovias – IPR – 724.

### 1.4 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

#### Serviços complementares

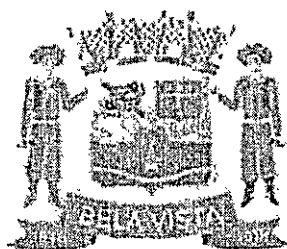
Instalação de Canteiro de obras: De acordo com o Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes Volume 01 - Metodologia e Conceitos, os canteiros de obras são espaços que compreendem áreas operacionais e estruturas destinadas às atividades de produção, além de áreas de vivência voltadas para atender às necessidades básicas dos trabalhadores, como higiene pessoal, descanso, alimentação, educação, saúde, lazer e convívio social.

Canteiro Pré-Fabricado (Móvel - Contêiner): Devido ser um projeto de curta duração, extensão menor que 20 km e menor complexidade, como serviços de conservação rodoviária e acompanhará o andamento da obra, foi escolhido o contêiner para utilização como canteiro de obra.

A medição do serviço de locação de container deve ser feita com foto com data e coordenadas para comprovação do transporte dos containers.

Mobilização e desmobilização de equipamentos: Os serviços de mobilização e desmobilização são definidos como o conjunto de operações que o executor deve providenciar com intuito de transportar seus recursos, em pessoal e equipamentos, até o local da obra, e fazê-los retornar ao seu ponto de origem, ao término dos trabalhos. Será considerada como origem o centro da capital estadual mais próxima (Campo Grande) e como destino o local do canteiro da obra (Bela Vista).

A medição do serviço de mobilização e desmobilização de equipamentos deve ser feita com foto com data e coordenadas para comprovação do transporte dos equipamentos.



### **Metodologia executiva baseado no Caderno Técnico DNIT – G 40 Pavimentação**

A modelagem referencial adotada na concepção da composição de custos do serviço de Recomposição de Revestimento Primário pressupõe a execução das seguintes etapas:

- regularização do subleito;
- desmatamento, destocamento e limpeza de árvores;
- escavação de cascalho na área da jazida;
- descarga do material de jazida na pista por meio de caminhão basculante;
- espalhamento do material e conformação da superfície por meio de motoniveladora;
- homogeneização dos materiais por meio do trator com grade de discos;
- correção do teor de umidade dos materiais por meio do caminhão tanque;
- compactação primária por meio do rolo pé de carneiro vibratório;
- compactação secundária por meio do rolo de pneus;
- acabamento por meio do rolo de pneus e motoniveladora.

### **Terraplenagem**

De acordo com o Dnit a terraplenagem é o conjunto de operações/serviços de escavação, carga, transporte, descarga e compactação dos solos, aplicadas na construção de aterros e cortes, dando a superfície do terreno a forma projetada para construção de rodovias.

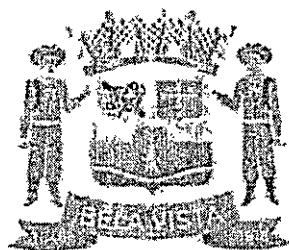
Regularização do subleito: Utilização de motoniveladoras para nivelar a superfície da estrada, eliminando ondulações e buracos. O serviço consiste na execução de operações destinadas a conformar o leito estradal, transversal e longitudinalmente, por meio de cortes ou aterros limitados à espessura máxima de 20 cm. Esse processo visa criar uma superfície regular que facilite o tráfego e minimize o desgaste dos veículos.

Recomposição da superfície: Reposição de material em áreas onde o solo esteja desgastado ou erodido, restabelecendo a conformação original da via.

A medição do serviço de regularização do subleito deve ser realizada em metros cúbicos, em função do volume efetivamente executado.

Os equipamentos a serem utilizados são Caminhão tanque com capacidade de





10.000 l, Grade de 24 discos rebocável, Motoniveladora, Rolo compactador de pneus autopropelido de 27 t, Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus e Trator agrícola sobre pneus.

Desmatamento, destocamento e limpeza da área: O serviço de desmatamento compreende o corte e a remoção da vegetação existente no terreno e o método executivo depende do porte das árvores a serem retiradas. Para árvores com até 0,15 m de diâmetro, a remoção mecanizada da vegetação e a limpeza do terreno são executados simultaneamente, sendo esse serviço medido por área (m<sup>2</sup>), em função da área efetivamente trabalhada.

O corte e a remoção de árvores de diâmetro igual ou superior a 0,15 m são medidos isoladamente, em função das unidades efetivamente destocadas e consideradas em dois conjuntos: árvores com diâmetro compreendido entre 0,15 m e 0,30 m e árvores com diâmetro superior a 0,30 m. Importa destacar que o diâmetro das árvores deve ser medido a um metro de altura do nível do terreno.

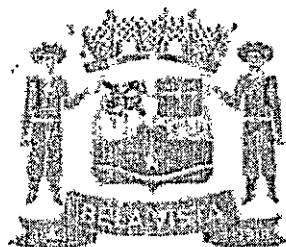
O material resultante dos serviços de desmatamento, destocamento e limpeza deve ser removido para bota-fora, previamente ao início das escavações de terraplenagem ou exploração de fontes de material de construção por meio de operações que permitam a redução de suas dimensões e a sua estocagem para posterior mistura aos solos férteis da camada superficial do terreno.

Essa mistura deve ser utilizada na recomposição de áreas degradadas pelas obras, obedecendo aos critérios definidos nos condicionantes ambientais. Não é permitida a permanência de entulho nas adjacências do corpo estradal e em situações que prejudiquem a operação e o sistema de drenagem natural.

A medição do serviço de desmatamento, destocamento e limpeza da área deverá ser realizado mediante levantamento topográfico das áreas realizadas e fotos com coordenadas de antes e depois do serviço. O equipamento a ser utilizado é o Trator sobre esteiras com lâmina.

#### Escavação

O serviço de escavação de cascalho da jazida consiste na retirada controlada e sistemática do material granular (cascalho) existente no depósito natural, visando seu aproveitamento para fins de pavimentação. A atividade é executada de acordo com o plano de lavra aprovado pelos órgãos ambientais, observando-se todas as normas de segurança, qualidade e sustentabilidade. O serviço é executado nas seguintes etapas



#### Preparação da Área

- Delimitação da área de lavra e instalação da sinalização de segurança;
- Limpeza e retirada da vegetação superficial (se aplicável);
- Nivelamento inicial e abertura de acessos para circulação de máquinas e caminhões.

#### Escavação e Extração do Cascalho

- Utilização de escavadeiras hidráulicas, pás carregadeiras ou retroescavadeiras para a retirada do cascalho;
- Escavação em camadas sucessivas, respeitando os limites de profundidade e o talude de segurança;
- Separação do material útil (cascalho) de impurezas e solos finos.
- Peneiramento, lavagem e classificação granulométrica do cascalho, conforme as especificações técnicas da obra.
- Recomposição e Controle Ambiental
- Manutenção das condições de drenagem da área;
- Recuperação das áreas lavradas conforme o plano de recuperação ambiental (PRAD);
- Monitoramento de impactos e destinação adequada dos resíduos.

A medição do serviço de distribuição de escavação de cascalho deve ser realizada em metros cúbicos, em função do volume efetivamente executado por meio de levantamento topográfico.

O equipamento a ser utilizado é a Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³.

Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica consistem nas operações de obtenção de material de jazida. O consumo é definido por meio da aplicação da seguinte expressão:

$$\dot{Q} = \frac{P_c}{P_n}$$

onde:

Q representa o consumo de escavação, em metros cúbicos por metro cúbico;

pc representa a massa específica compactada, em toneladas por metro cúbico;

pn representa a massa específica natural, em toneladas por metro cúbico.

A tabela 1 apresenta os parâmetros referenciais adotados. O consumo referencial corresponde a 1,100 m³ por unidade de serviço executado.

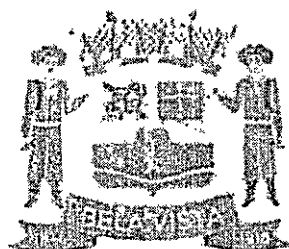


Tabela 1 - Massas específicas referenciais de solos e agregados

Materiais	Massa específica solos (t/m³)	Massa específica pedra (t/m³)	Massa específica cimento (t/m³)
Materiais de 1ª categoria	1,37500	1,50000	2,08300
Materiais de 2ª categoria	2,02500	1,50000	2,08500
Materiais de 3ª categoria	2,63000	1,50000	2,10000
Solos	1,37500	1,50000	2,08300
Brita	2,02000	1,50000	2,10000
Areia	-	1,50000	1,72500

### Transporte

O serviço de transporte de cascalho, consiste na remoção e deslocamento do material extraído da jazida até o local de aplicação.

A medição do serviço de transporte de cascalho deve ser realizada em metros cúbicos, em função do volume efetivamente executado por meio de levantamento topográfico.

O equipamento a ser utilizado é o Caminhão basculante.

### Execução do Revestimento Primário

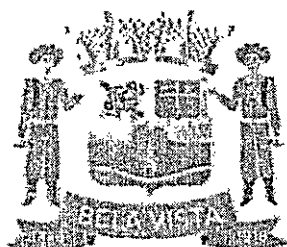
Distribuição do cascalho: Aplicação de uma camada de cascalho com espessura de 15 cm, distribuída uniformemente sobre a superfície da estrada. A umidade do cascalho deve ser corrigida para a compactação.

Compactação: Após a aplicação, a camada de cascalho deve ser compactada com rolos compactadores para assegurar a resistência e durabilidade da via.

A medição do serviço de distribuição do cascalho e compactação deve ser realizada em metros cúbicos, em função do volume efetivamente executado por meio de levantamento topográfico.

Os equipamentos a serem utilizados são caminhão tanque, rolo pé de carneiro vibratório, rolo de pneus e motoniveladora.

Ao final do serviço a estrada deve estar conforme a seção transversal tipo.



Seção Transversal tipo:

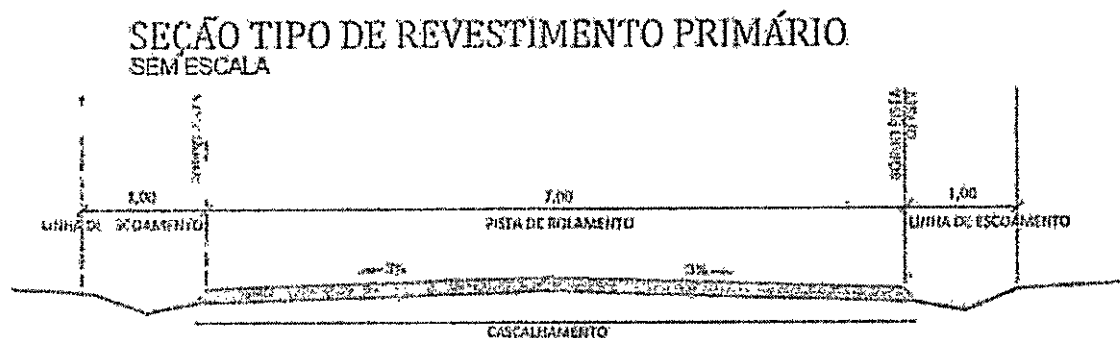


Figura 1 – Seção tipo de terraplenagem

### Drenagem

#### **Sarjeta triangular sem revestimento**

A sarjeta triangular é feita com escavação mecânica de vala trapezoidal ou triangular com retroescavadeira por toda a extensão da estrada e posterior apiloamento manual da superfície do local escavado, a fim de escoar a água da pista de rolamento. O serviço deve ser executado com Retroescavadeira de pneus com caçamba de escavação trapezoidal.

A medição do serviço de sarjeta triangular sem revestimento deve ser realizada em metros, em função da extensão efetivamente executada por meio de levantamento topográfico.

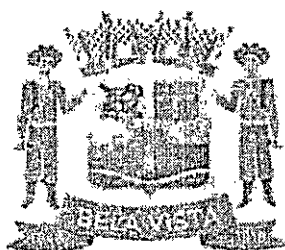
O equipamento a ser utilizado é a Retroescavadeira de pneus.

### Sinalização

#### **Placa em aço galvanizado com película retrorrefletiva**

Serviço a ser executado para fornecer placas de sinalização da via. O material a ser utilizado é a Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorrefletiva tipo I + III. O equipamento a ser utilizado é o Caminhão carroceria.

A medição do serviço de placa deve ser feita com foto com data e coordenadas para comprovação da instalação das placas.



### **Suporte de madeira para placa de sinalização**

Serviço a ser executado para fornecer placas de sinalização da via. Os materiais a serem utilizados são conjuntos para fixação de placas em aço galvanizado composto por barra chata, abraçadeira, parafusos, porcas e arruelas, Suporte em madeira para placa de sinalização e Concreto fck = 20 Mpa.

Deverá ser feito a escavação manual para instalação da placa e os equipamentos a serem utilizados são Caminhão carroceria com capacidade de 5 t e betoneira.

A medição do serviço de placa deve ser feita com foto com data e coordenadas para comprovação da instalação das placas.

Bela Vista - MS, 20 de janeiro de 2026.

FÁBIO  
MARQUES  
RIBEIRO

Assinado de forma digital  
por FÁBIO MARQUES  
RIBEIRO  
Dados: 2026.01.23 16:53:07  
+0400

---

Fábio Marques Ribeiro  
Engenheiro Civil 15.276D/MS

# **IMPACTOS AMBIENTAIS**



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

**PARECER TÉCNICO AMBIENTAL**

**OBJETO DE CONTRATAÇÃO:** Execução de serviços de manutenção de estradas rurais, com recomposição de revestimento primário, e reforma de pontes de madeira no município de Bela Vista/MS, conforme memorial descritivo e projetos técnicos.

**1. IMPACTOS AMBIENTAIS.**

- Movimentação de solo e exposição do terreno: decorrente das atividades de terraplenagem, patrolamento e cascalhamento, com risco pontual de processos erosivos, especialmente em períodos chuvosos.
- Supressão pontual de vegetação: restrita às áreas estritamente necessárias para melhoria do leito carroçável e acesso às estruturas das pontes.
- Geração de resíduos da construção civil (RCC): sobras de solo, madeira, restos de estruturas antigas, embalagens e materiais utilizados na execução dos serviços.
- Emissão de poeira e material particulado: resultante do tráfego de máquinas e caminhões durante a execução da obra.
- Emissão de ruídos: provenientes da operação de equipamentos pesados, como motoniveladoras, caminhões e escavadeiras.
- Interferência pontual em cursos d'água: associada à reforma das pontes de madeira, com risco de assoreamento caso não haja controle adequado.
- Consumo de recursos naturais: principalmente água e combustível fóssil utilizados na execução dos serviços.

**2. MEDIDAS MITIGADORAS.**

Para minimizar os impactos identificados, recomenda-se a adoção das seguintes medidas:



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

- Controle de erosão: execução dos serviços respeitando o traçado existente, com adequada conformação do leito e manutenção do sistema de drenagem das vias.
- Gestão de resíduos: segregação e destinação ambientalmente adequadas dos resíduos da obra, especialmente madeira, ferragens e restos de solo, conforme legislação vigente.
- Controle de poeira: realização de umidificação do solo, sempre que necessário, durante a execução dos serviços.
- Proteção de cursos d'água: adoção de cuidados durante a reforma das pontes, evitando lançamento de resíduos ou materiais nos corpos hídricos.
- Uso racional de recursos: planejamento da obra para reduzir consumo excessivo de água, combustível e materiais.
- Recuperação de áreas afetadas: recomposição e regularização das áreas utilizadas temporariamente para execução dos serviços.

A adoção dessas medidas garantirá que a execução da obra ocorra em conformidade com a legislação ambiental vigente, minimizando impactos ao meio ambiente e assegurando a melhoria da infraestrutura rural do município.

Bela Vista/MS, 09 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO GUTIERRES  
LARANGEIRA  
JUNIOR:05101008133

Assinado de forma digital por  
FRANCISCO GUTIERRES  
LARANGEIRA JUNIOR:05101008133  
Dados: 2026.02.10 08:29:15 -04'00'

FRANCISCO GUTIERRES LARANGEIRA JUNIOR  
Gerente de Meio Ambiente - CREA MS 71386



# LICENÇA AMBIENTAL



GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEMAD/SC  
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL

## DECLARAÇÃO AMBIENTAL ELETRÔNICA Nº. 002978/2026

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 1512347143560504

### IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

RAZÃO SOCIAL (PESSOA JURÍDICA) OU NOME (PESSOA FÍSICA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

CNPJ/MF ou CPF/MF  
03.217.916/0001-96

INSCRIÇÃO ESTADUAL - PESSOA JURÍDICA OU R.G - PESSOA FÍSICA

ENDEREÇO DO REQUERENTE

RUA SANTO AFONSO, Nº 660, CENTRO

MUNICÍPIO  
BELA VISTA

UF  
MS

CEP  
79260-000

TELEFONE PARA CONTATO  
(67) 3932-1000

### ATIVIDADE PRETENDIDA / CÓDIGO:

PONTE (EXISTENTE) - RECUPERAÇÃO, REFORMA OU SUBSTITUIÇÃO DE PONTE DE MADEIRA POR PONTE DE CONCRETO, OU BUEIRO CELULAR DE CONCRETO (ÚNICO OU MÚLTIPLO), DENTRO DOS LIMITES DA FAIXA DE DOMÍNIO, QUANDO NÃO HOUVER AMPLIAÇÃO DA ÁREA AFETADA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) / 2.45.0

De acordo com a Resolução SEMADE 09/2015, DECLARAMOS que a atividade "PONTE (EXISTENTE) - RECUPERAÇÃO, REFORMA OU SUBSTITUIÇÃO DE PONTE DE MADEIRA POR PONTE DE CONCRETO, OU BUEIRO CELULAR DE CONCRETO (ÚNICO OU MÚLTIPLO), DENTRO DOS LIMITES DA FAIXA DE DOMÍNIO, QUANDO NÃO HOUVER AMPLIAÇÃO DA ÁREA AFETADA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)" é isenta de Licenciamento Ambiental Estadual.

Local e Data de Emissão: Campo Grande, 09 de Fevereiro de 2026

- Esta declaração não exige o empreendedor do cumprimento da legislação ambiental e o sujeita à fiscalização e anulação da presente declaração, caso sejam constatadas irregularidades, bem como à autuação e imposição de sanções administrativas cabíveis.

- O titular da atividade deve cumprir com a legislação específica nos casos em que a atividade proposta estiver inserida em unidade de conservação, área de preservação permanente (APP) ou qualquer outro tipo de área legalmente protegida.

- O titular de atividade isenta do licenciamento ambiental estadual deverá providenciar a destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados em seu empreendimento.

- Será comum entre o proprietário/possuidor das áreas e aquele que executou diretamente a intervenção, a responsabilidade por eventuais danos ambientais decorrentes das intervenções realizadas com vistas à implantação ou operação da atividade isenta do licenciamento ambiental estadual.

- Esta atividade é isenta no âmbito do IMASUL, mas os municípios citados abaixo possuem termo de cooperação técnica com o Estado para fins de licenciamento ambiental municipal, portanto, caso a atividade esteja em algum destes municípios, certifique se a atividade está elencada no termo de cooperação com tais municípios, se positivo, procure o município para regularização. Nos casos em que as atividades forem constatadas de competência estadual esta Declaração Ambiental comprovará a isenção. Os municípios com termo de cooperação técnica são: Amambal, Campo Grande, Corumbá, Costa Rica, Dourados, Itaquiraí, Laguna Carapã, Maracajú, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã, Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas e Sidrolândia.

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL

Certificado impresso por USUÁRIO NÃO IDENTIFICADO em 09/02/2026, às 17:13:03 h, com base nas informações prestadas ao IMASUL sob responsabilidade do Registrado.



1512347143560504



GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEMADESC  
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL

## DECLARAÇÃO AMBIENTAL ELETRÔNICA Nº. 002979/2026

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 1210114655020071

### IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

RAZÃO SOCIAL (PESSOA JURÍDICA) OU NOME (PESSOA FÍSICA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

CNPJ/MF ou CPF/MF  
03.217.916/0001-96

INSCRIÇÃO ESTADUAL - PESSOA JURÍDICA OU R.G - PESSOA FÍSICA

### ENDEREÇO DO REQUERENTE

RUA SANTO AFONSO, Nº 660, CENTRO

MUNICÍPIO  
BELA VISTA

UF  
MS

CEP  
79260-000

TELEFONE PARA CONTATO  
(67) 3932-1000

### ATIVIDADE PRETENDIDA / CÓDIGO:

Manutenção, restauração e conservação de estradas, rodovias, ferrovias, dutos, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica e telefonia, portos e aeroportos tanto para os equipamentos principais como pistas, dutos e torres quanto para suas faixas de domínio e áreas de drenagem. (Redação alterada pela Resolução Semagro nº 689, de 28 de fevereiro de 2020). / 2.60.0

De acordo com a Resolução SEMADE 09/2015, DECLARAMOS que a atividade "Manutenção, restauração e conservação de estradas, rodovias, ferrovias, dutos, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica e telefonia, portos e aeroportos tanto para os equipamentos principais como pistas, dutos e torres quanto para suas faixas de domínio e áreas de drenagem. (Redação alterada pela Resolução Semagro nº 689, de 28 de fevereiro de 2020)." é isenta de Licenciamento Ambiental Estadual.

Local e Data de Emissão: Campo Grande, 09 de Fevereiro de 2026

- Esta declaração não exime o empreendedor do cumprimento da legislação ambiental e o sujeita à fiscalização e anulação da presente declaração, caso sejam constatadas irregularidades, bem como à autuação e imposição de sanções administrativas cabíveis.

- O titular da atividade deve cumprir com a legislação específica nos casos em que a atividade proposta estiver inserida em unidade de conservação, área de preservação permanente (APP) ou qualquer outro tipo de área legalmente protegida.

- O titular de atividade isenta do licenciamento ambiental estadual deverá providenciar a destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados em seu empreendimento.

- Será comum entre o proprietário/possuidor das áreas e aquele que executou diretamente a intervenção, a responsabilidade por eventuais danos ambientais decorrentes das intervenções realizadas com vistas à implantação ou operação da atividade isenta do licenciamento ambiental estadual.

- Esta atividade é isenta no âmbito do IMASUL, mas os municípios citados abaixo possuem termo de cooperação técnica com o Estado para fins de licenciamento ambiental municipal, portanto, caso a atividade esteja em algum destes municípios, certifique se a atividade está elencada no termo de cooperação com tais municípios, se positivo, procure o município para regularização. Nos casos em que as atividades forem constatadas de competência estadual esta Declaração Ambiental comprovará a isenção. Os municípios com termo de cooperação técnica são: Amambai, Campo Grande, Corumbá, Costa Rica, Dourados, Itaquiraí, Laguna Carapã, Maracajú, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã, Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas e Sidrolândia.

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL

Certificado impresso por USUÁRIO NÃO IDENTIFICADO em 09/02/2026, às 17:15:07 h, com base nas informações prestadas ao IMASUL sob responsabilidade do Registrado.



1210114655020071

ART



Anotação de Responsabilidade Técnica -  
ART Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MS

ART DE OBRA/SERVIÇO  
1320260019283

## Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do MS

## 1. Responsável Técnico

EDER SILVA NETO

RNP: 1318375118

Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Registro: MS63451

Empresa Contratada:

Registro:

## 2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

CPF/CNPJ: 03.217.916/0001-96

Rua: RUA SANTO AFONSO

Bairro: CENTRO

Número: 660

Cidade: BELA VISTA

UF: MS

País: Brasil

Contrato

Celebrado em: 09/02/2026

CEP: 79.260-000

Valor: R\$ 5.721.252,08

Tipo de Contratante: PESSOA JURÍDICA DE  
DIREITO PÚBLICO

Vinculação à ART

Ação Institucional:

## 3. Dados Obra/Serviço

Descrição	Bairro	Número e Complemento	Cidade	UF	País	CEP	Quantidade
ESTRADAS RURAIS	ZONA RURAL	SN	BELA VISTA	MS	BRA	79.260-000	
Data de Início: 10/02/2026		Previsão Término: 10/02/2027				Código: 79260000	
Tipo Proprietário: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO		Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA				CPF/CNPJ: 03.217.916/0001-96	
Finalidade: OUTRO - MANUTENÇÃO NAS ESTRADAS RURAIS E REFORMA DE PONTES DE MADEIRA NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA							

## 4. Atividades Técnicas

Fiscalização	Quantidade	Unidade
Fiscalização de obra: Agrimensura -> Terraplenagem -> de volume/área de aterros - terraplenagem	0,0001	unidade (un)
Fiscalização de obra: Estruturas -> Estruturas de Madeira -> de reparo de estruturas em madeira	0,0001	unidade (un)
Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART		

## 5. Observações

## 6. Declarações

Cláusula Compromissória: qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação de Arbitragem - CMA vinculado ao CREA-MS, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

Profissional

Contratante

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

## 7. Entidade de Classe

## 8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

EDER SILVA

Localizado de forma digital por EDER

data

NETO:95021094149

SILVA NETO:95021094149

Data: 2026/02/12 10:20:13 -1100

950.210.941-49 - EDER SILVA NETO

GERARDO GABRIEL NUNES

Assinado de forma digital por GERARDO GABRIEL

NUNES:00030859500001016147

00030859500001016147

03.217.916/0001-96 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

## 9. Informações

A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.  
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.creams.org.br](http://www.creams.org.br) ou [www.confia.org.br](http://www.confia.org.br).  
A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

[www.creams.org.br](http://www.creams.org.br) | [creams@creams.org.br](mailto:creams@creams.org.br)  
Tel: (67)3368-1000 / 0800-368-1000



**CREA-MS**  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Mato Grosso do Sul

Nosso Número: 00030859500001016147

Valor ART: R\$ 285,59

Registrada em: 03/02/2026

Valor Pago: R\$ 285,59





Anotação de Responsabilidade Técnica  
ART Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MS

ART DE OBRA/SERVIÇO  
1320260011728

## Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do MS

## 1. Responsável Técnico

FABIO MARQUES RIBEIRO

RNP: 1309381275

Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Registro: MS15276

Empresa Contratada: ENGELUGA ENGENHARIA LTDA

Registro: 10168

## 2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

CPF/CNPJ: 03.217.916/0001-96

Rua: RUA SANTO AFONSO

Bairro: CENTRO

Número: 660

Cidade: BELA VISTA

UF: MS

País: Brasil

Contrato:

Celebrado em: 23/01/2026

CEP: 79.260-000

Valor: R\$ 5.721.252,08

Tipo de Contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

Vinculado à ART

Ação Institucional

## 3. Dados Obra/Serviço

Obra/Serviço	Local	Número	Complemento	Cidade	UF	PAÍS	CEP	Coordenadas
ESTRADAS RURAIS	ZONA RURAL	SH		BELA VISTA	MS	BRA	79.260-000	
Data de Início: 23/01/2026		Previsão Término: 17/04/2026			Código:			
Tipo Proprietário: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO		Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA			CPF/CNPJ: 03.217.916/0001-96			
Finalidade: OUTRO - PARA ATENDER SERVIÇO DE MANUTENÇÃO NAS ESTRADAS RURAIS E REFORMA DE PONTES DE MADEIRA NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA								

## 4. Atividades Técnicas

Atividade	Descrição	Quantidade	Unidade
Elaboração de orçamento	Estruturas -> Estruturas de Madeira -> de reparo de estruturas em madeira	1,0000	unidade (un)
Elaboração de orçamento	Agrimensura -> Terraplenagem -> de volume/área de aterros - terraplenagem	1,0000	unidade (un)
Projeto	Estruturas -> Estruturas de Madeira -> de reparo de estruturas em madeira	1,0000	unidade (un)
Projeto	Agrimensura -> Terraplenagem -> de volume/área de aterros - terraplenagem	1,0000	unidade (un)

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

## 5. Observações

## 6. Declarações

Acessibilidade. Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

## 7. Entidade da Classe

## 8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local	Assinatura	data
FABIO MARQUES RIBEIRO		
879.413.171-08 - FABIO MARQUES RIBEIRO		
GERARDO GABRIEL NUNES		
ROCCIO 04485/9136		
03.217.916/0001-96 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA		

## 9. Informações

A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.  
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.creams.org.br](http://www.creams.org.br) ou [www.confec.org.br](http://www.confec.org.br).  
A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

[www.creams.org.br](http://www.creams.org.br) [creams@creams.org.br](mailto:creams@creams.org.br)  
Tel: (67)3368-1000 / 0800-368-1000



**CREA-MS**  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Mato Grosso do Sul

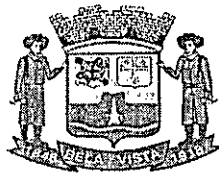
Nosso Número: 00030859500001905646

Valor ART: R\$ 285,59

Registrada em 23/01/2026

Valor Pago: R\$ 285,59





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**MINUTA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

N.º .....

**Código e-Sfinge:**

Concorrência Eletrônica n. XX

Processo Licitatório n. XXX

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**, Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Rua Santo Afonso, n.660, Centro, na cidade de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 03.217.916/0001-96, neste ato representado pelo Senhor **GERARDO GABRIEL NUNES BOCCIA**, Termo de Posse 01/01/2025 de 01 de Janeiro de 2025, publicada no *Diário Oficial do município* de 02 de Janeiro de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 6653, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS Processo n.º ....., **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 10.163, de 26 de abril de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto: **Registro de Preços visando a contratação de empresa para execução de Serviços de Engenharia para atendimento da demanda de Infraestrutura Rural, compreendendo a manutenção de estradas vicinais e reforma de pontes de madeira, no Município de Bela Vista/MS.**

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Estudo Técnico Preliminar; Termo de Referência e Memorial Descritivo;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado, Planilha Orçamentária;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

1. Relação dos itens – Anexo ....

Planilha Orçamentária – Desconto Liner .....%.

2.2. ☐ A listagem do cadastro de reserva referente ao presente Registro de Preços consta como anexo a esta Ata.

2.3. ☐ Não houve cadastro reserva.

2.4. Os serviços de engenharia serão executados **sob demanda da Administração**, de forma parcelada, conforme a necessidade identificada nas estradas vicinais e demais áreas da infraestrutura rural do Município de Bela Vista/MS, observadas as diretrizes técnicas, normas aplicáveis e orientações da fiscalização do contrato. Considerando que a contratação se dará por meio de Sistema de Registro de Preços, não será estabelecido cronograma físico-financeiro pré-definido para a execução dos serviços.

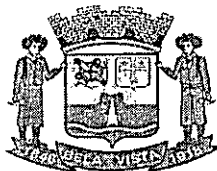
2.5 A execução ocorrerá de forma gradual e conforme a disponibilidade orçamentária e financeira, mediante a emissão de Ordens de Serviço, nas quais serão definidos os trechos, quantitativos, prazos e demais condições específicas de cada demanda, respeitada a vigência da Ata de Registro de Preços e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2.6 Local: Os serviços serão executados **no Município de Bela Vista/MS, em estradas vicinais, áreas rurais e demais pontos da infraestrutura rural**, conforme definido pela Administração Municipal em cada formalização de contrato/Ordem de Serviço emitida durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**2.7 Observância ao cronograma e penalidades:** Em cada contrato formalizado deverá ser apresentado o cronograma físico-financeiro específico, disponibilizado pela Contratante, compatível com os serviços e trechos definidos, o qual integrará a formalização contratual. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente os prazos e condições estabelecidos no contrato, na Ordem de Serviço e no respectivo cronograma físico-financeiro, sendo vedados atrasos injustificados, que poderão ensejar a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas neste Termo de Referência, no edital, no contrato e na Lei nº 14.133/2021.

2.8 A execução dos serviços deverá obedecer aos projetos, memoriais descritivos e demais documentos técnicos aprovados pela Administração Municipal, quando aplicáveis ao tipo de serviço contratado





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR**

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transporte

**4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas as condições e as regras estabelecidas na Lei 14.133 de 2021. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**Dos limites para as adesões**

4.2. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.3. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir de sua assinatura, e sua eficácia a partir de sua publicação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *podrá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.1.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.1.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

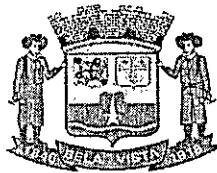
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e Portal da Transparência do órgão e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.3 Nos termos do art. 92, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador compromete-se a analisar e responder formalmente, no prazo de até 20 (vinte) dias, os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pelo fornecedor, devidamente instruídos com as justificativas e documentos comprobatórios. Os pedidos de realinhamento deverão ser feitos por escrito e protocolado de forma física ou digital ([obras@belavista.ms.gov.br](mailto:obras@belavista.ms.gov.br)) e encaminhado ao Gestor de Contrato, que será designado em portaria específica.**

7.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/documento, que impeça a análise do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, o prazo descrito no item 7.3 ficará sobrestado até que a empresa providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para análise reiniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

7.5 O prazo de análise do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado em casos de análise complexas. O pedido de realinhamento não suspende nem prorroga os prazos de entregas dos pedidos feitos antes da análise de realinhamento, sendo que os valores realinhados só entrarão em vigor a partir da data de assinatura do termo aditivo.

**8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

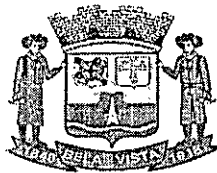
8.1. **Se for o caso**, as quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

8.2.2. Entre os participantes de processo de compra centralizada.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.5. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

**10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses quando for o caso, em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. Quando for o caso o órgão gerenciador deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

**11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, e demais condições, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)

Testemunhas:

xxxxxxxxx

xxxxxxxxx

**ANEXO - Cadastro Reserva**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os  
itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
<input checked="" type="checkbox"/>	Especificaçã o	Desconto %	Unidade			



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**






PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MINUTA


Termo de Contrato n...../2026

Código E-sfinge.....

Processo Licitatório nº.....

Concorrência Eletrônica n.....

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../.....,  
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE  
BELA VISTA/MS E A  
EMPRESA.....

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA, Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Rua Santo Afonso, n.660, Centro, na cidade de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado pelo Senhor **GERARDO GABRIEL NUNES BOCCIA**, Termo de Posse....., de .... de ..... de 20..., publicada no ..... de .... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ..... doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa  procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é: **Contratação de empresa para execução de Serviços de Engenharia para atendimento da demanda de Infraestrutura Rural, compreendendo a manutenção de estradas vicinais e reforma de pontes, no Município de Bela Vista/MS.**

1.2 Relação de Itens:

.....

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. Ata de Registro de Preços n...../2026;
- 1.1.2. O Termo de Referência/Estudo Técnico Preliminar;
- 1.1.3. Memorial Descritivo; Projeto Executivo;
- 1.1.4. O Edital da Licitação;
- 1.1.5. A Proposta do contratado e seus anexos;
- 1.1.6. Planilha Quantitativa do Trecho/Intervenção (Anexo I) contendo a identificação dos trechos, coordenadas geográficas (quando aplicável).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

1.1.7. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4 O regime de execução é o: Empreitada por Preço Unitário.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de [REDACTED] meses, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. Caso se faça necessária a prorrogação do prazo de vigência, **quando o objeto não for concluído no período estipulado**, ressalvadas as providências cabíveis na hipótese de **culpa exclusiva do CONTRATADO**, a prorrogação deverá ser formalizada mediante a celebração de **Termo Aditivo ou Apostilamento (em razão de ser contrato por escopo)**, devidamente justificado e instruído no respectivo processo administrativo.

2.3. O prazo de execução será de [REDACTED], contado(s) do recebimento da Ordem de Início de Serviço.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

**4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ [REDACTED]**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1. O pagamento ocorrerá individualmente por contrato e por medição. Poderão ser efetuadas retenções legais previstas na legislação vigente, bem como glosas relativas a serviços não executados ou executados em desconformidade com as especificações técnicas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

6.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **até dez dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa.

6.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de correção monetária. Adotado pelo Município (IPCA).

6.4. O pagamento será efetuado **por medição dos serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização**, em conformidade com o contrato, a Ordem de Serviço e as planilhas do trecho atendido, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. Os pagamentos devem estar acompanhados de:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

6.6.1 A medição deverá ser formalizada por meio de Boletim de Medição. A medição deverá ser acompanhada por documentação comprobatória pertinente, composta, no mínimo, por:

a) Memória de Cálculo

- Demonstrativo dos quantitativos executados;
- Vinculação direta às planilhas contratuais do trecho atendido.

b) Relatório Fotográfico

- Fotos do *antes, durante e depois* da execução;
- Identificação de datas e, quando aplicável, coordenadas geográficas;

c) Diário de Obras ou Relatório de Execução

- Registro das atividades realizadas no período;
- Ocorrências relevantes, paralisações, condições climáticas;
- Assinado pelo responsável técnico da contratada e pela fiscalização, quando exigido.

d) ART ou RRT do período

- Comprovação de responsabilidade técnica vinculada ao contrato;

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais, utilizando sistemas oficiais de custos, tal como SINAPI (maio/2025).

7.2. Decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, e independentemente de solicitação do Contratado, os preços poderão ser reajustados pelo Contratante, mediante a aplicação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC-DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou outro índice que venha a substituí-lo, limitado às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da legislação vigente.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao Índice substituto, as partes elegerão novo Índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência/Cronograma Físico-financeiro;

8.1.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.11. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.12. **Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias.**

8.1.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

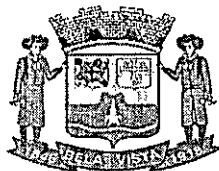
8.1.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.1.16. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, **quando for o caso**:

a) *Relatório fotográfico final*;

b) *Boletins/memórias de cálculo finais*;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

- c) *ART/RRT de execução;*
- d) *Documentos de comprovação de procedência legal de produtos florestais, quando houver emprego de madeira;*
- e) *Demais documentos técnicos previstos no Termo de Referência e no Memorial Descritivo."*
- f) *Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao cartório de registro de imóveis;*

8.2. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.3. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.4. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.5. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação

9.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.10. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, a cada medição dos serviços, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

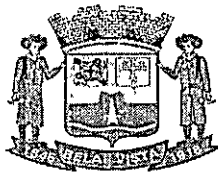
9.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.17. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

- 9.21. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.24. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.27. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.28. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.29. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.30. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.31. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.32. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.33. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.34. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.35. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.36. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.37. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.38. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.39. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.40. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

9.41. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.42. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.43. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.44. Elaborar o Diário de Obra (quando for o caso), incluindo diariamente, pelo Profissional preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.45. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.46. Quando for o caso, utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.47. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.47.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.48. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.48.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.48.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.48.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.48.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.48.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.48.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.48.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.49. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.49.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.49.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.50. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.51. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.52. Providenciar, **conforme o caso**, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

**10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor **[total]** da contratação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

11.1.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

11.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

11.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.2.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

11.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

11.2.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

11.3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

11.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.6. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

11.6.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

11.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

11.7.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.7.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela administração à contratada; e

11.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

11.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

11.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.11.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.12. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.12.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

11.12.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

11.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste termo contratual.

11.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.4 Multa:

12.2.4.1 *Moratória, para as infrações descritas no item "d", de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.*

12.2.4.2 *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

12.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.2.4.3 *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "e" a "h" de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

12.2.4.4 *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

12.2.4.5 *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

12.2.4.6 *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

12.2.4.7 *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

12.3 Constituem hipóteses específicas de **inexecução parcial**, passíveis de aplicação da penalidade prevista no item 12.1, dentre outras:

- a) Execução de serviços em desacordo com as especificações técnicas, projetos, memoriais descritivos ou normas aplicáveis, quando não sanada no prazo fixado pela fiscalização;
- b) Utilização de materiais ou insumos em desconformidade com os padrões de qualidade exigidos;
- c) Descumprimento de prazos intermediários estabelecidos em ordens de serviço ou cronogramas, quando não caracterizada a inexecução total;
- d) Falhas reiteradas na execução dos serviços que comprometam a qualidade, a segurança ou a durabilidade das obras;
- e) Não atendimento às determinações da fiscalização, desde que não configure hipótese mais gravosa prevista em outras alíneas.

12.4 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.5 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.6 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.8 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

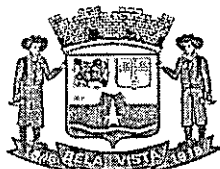
12.9 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.10 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, ou outro cadastro da empresa.

12.11 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados na plataforma de licitação (quando for eletrônico) serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.12 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.12.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

12.12.2 As peculiaridades do caso concreto;

12.12.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.12.4 Os danos que dela provierem para o contratante; e

12.12.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.13 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.14 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.15 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.16 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.17 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:


14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.5. Em caso de solicitação formal da Contratada para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato, ou outra alteração contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Administração deverá analisar e apresentar resposta fundamentada no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contado do recebimento do pedido devidamente instruído com os documentos comprobatórios pertinentes.

16.6. Parágrafo único. O prazo acima poderá ser prorrogado, de forma justificada, por igual período, mediante comunicação formal à Contratada, caso a complexidade da matéria ou a necessidade de diligências complementares assim o exija.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou no Diário Oficial do Órgão, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bela Vista/MS, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Bela Vista/MS, ..... de..... de 2026.

**GERARDO GABRIEL NUNES BOCCIA**  
PREFEITO MUNICIPAL  
Representante legal do CONTRATANTE

XXXXXXXXXX

Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Transporte



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

XXXXXXXXXXXX

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Concorrência Eletrônica n.\_\_\_\_\_/2026.

**Objeto:** Registro de Preços visando a contratação de empresa para execução de Serviços de Engenharia para atendimento da demanda de Infraestrutura Rural, compreendendo a manutenção de estradas vicinais e reforma de pontes de madeira, no Município de Bela Vista/MS.

Nosso preço total global para execução da obra é de R\$\_\_\_\_\_

Percentual de Desconto \_\_\_\_\_%

A obra será executada inteiramente de acordo com o Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Projeto Executivo disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Bela Vista/MS.

**DECLARAÇÕES:**

1. Declaramos que o percentual de desconto ofertado é único, linear e uniforme, aplicável a todos os itens/serviços da planilha-base do orçamento estimado, e que o valor global estimado decorrente desse desconto (quando indicado) é meramente referencial, comprometendo-nos a executar os serviços conforme todas as exigências do Edital, Termo de Referência, Projeto Executivo e demais anexos.
2. Declaramos que a execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante a emissão de Ordem(ns) de Serviço e a formalização do(s) contrato(s) correspondente(s), observando-se os prazos e o cronograma físico-financeiro específico definido para cada Ordem de Serviço/contrato, quando aplicável.
3. Declaramos que os preços unitários decorrentes da aplicação do percentual de desconto ofertado e o valor global estimado da proposta compreendem a integralidade dos custos diretos e indiretos necessários à completa execução dos serviços, incluindo (quando aplicável) mobilização e desmobilização, materiais, mão de obra, equipamentos, encargos sociais e trabalhistas, tributos, seguros, administração, BDI, licenças e demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento do objeto.
4. Declaramos que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
5. Declaramos que o prazo de validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

Local, Data

Assinatura do Responsável Legal XXX

Empresa: XXXXXXXXXXXX